EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Processo Licitatório nº 078/2026	**Concorrência Eletrônica nº 005/2026**
Registro de Preços: ☐ Sim ☒ Não	
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Obras	
Legislação para consulta em: https://www.ubaporanga.mg.gov.br/legislacao	**Regulamentação Municipal:** Decretos nº 081/2023, 078/2023, 077/2023, 080/2023, 079/2023 e 020/2024.
Regime de Execução: ☒ Empreitada por preço unitário; ☐ Empreitada por preço global; ☐ Empreitada integral; ☐ Contratação por tarefa; ☐ Contratação integrada; ☐ Contratação semi-integrada;	
Critério de Aceitabilidade: Média de Preços orçada pela administração, bem como a observância aos preceitos legais e regras consignadas neste Edital.	**Preços Máximos Aceitos**: Média Estimada pela Administração.
Orçamento Sigiloso: ☐ *Sim ☒ Não * Exceto para os órgãos de controles e licitantes no momento de julgamento.	
Tipo de Julgamento: ☐ Menor preço por item ☐ * Menor Preço por lote ☒ Menor Preço global * O julgamento do certame por "menor preço por lote" se justifica conforme entendimento do TCU – Acórdão 861/2013 – Plenário, eis que os itens licitados, aglutinados por lotes estão intrinsecamente relacionados, possuindo a mesma natureza. Além disso, possibilita o aumento da eficiência administrativa do setor público, pela otimização do gerenciamento dos seus contratos de fornecimentos, conforme se verifica do Acórdão TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara. Ademais, a adjudicação por itens isolados exigiria elevado número de procedimentos para a seleção, o que, tornaria bem mais oneroso o trabalho da Administração Pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (Acórdão TCU 5.301/2013 – 2ª Câmara)	
Modo de Disputa: ☐ Aberto ☒ Aberto e Fechado ☐ Fechado e Aberto.	
Recebimento de Propostas: **Fim:** 10/11/2026 às 08h20min	**Realização**:10/11/2026 **Horário**: 08h30min, horário de Brasília **Obs**. Nesta fase será informado via chat o horário de início dos lances.
Local de Realização: www.novobbmnet.com.br	
Telef. Contato: 33 3323 1200 ou pelo endereço eletrônico: licitacao.ubaporanga@yahoo.com	
Aplicar Benefícios da Lei Complementar 123/2006: ☐ Sim ☒ Não A Vedação de aplicação dos benefícios contidos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 encontra respaldo no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei 14.133/21.	

Peças Integrantes do Edital:

Anexo I – Normas específicas;
Anexo II – Declaração de cobertura de custos das propostas;
Anexo III – Proposta Comercial;
Anexo IV – Minuta de Contrato;
Anexo V – Declaração de Visita Técnica;
Anexo VI – Mapa de Riscos;

Anexo VII – Planilha orçamentária, Cronograma físico-financeiro, Memorial Descritivo, Projetos e Estudo Técnico Preliminar, quando for o caso.

O Município de Ubaporanga, MG, por intermédio de seu Agente de Contratação juridicamente constituído, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal n.º 14.133/21 e de outras normas aplicáveis, fará realizar licitação na modalidade Concorrência Eletrônica mediante as condições estabelecidas neste Edital:
Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação do município de Ubaporanga, Senhor Renato Carlos de Oliveira, designado por portaria municipal com sua respectiva Equipe de Apoio e demais profissionais do quadro do município, quando intimado pelo Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica www.novobbmnet.com.br
No curso de realização do processo licitatório a Administração será norteada pelo princípio da moderação, dispensando o formalismo exagerado com o objetivo de ampliar a competividade, desde que o fato gerador apontado não seja grosseiro e fere o princípio da isonomia entre os competidores.
O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Ubaporanga no endereço eletrônico www.ubaporanga.mg.gov.br e na plataforma www.novobbmnet.com.br e também no prédio administrativo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1. DO OBJETO.

1.1 A presente licitação tem por objeto selecionar proposta para contratação de empresa especializada para execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede urbana do Município de Ubaporanga/MG, com recursos da União (TERMO DE COMPROMISSO Nº 968258/2024 MCIDADES/CAIXA) contemplando, de forma integrada, a execução das redes coletoras e interceptoras de esgoto, ligações prediais, estação elevatória de esgoto, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, instalações hidráulicas, elétricas e eletromecânicas, interligações entre as unidades, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento, em conformidade com os projetos, memoriais e especificações técnicas integrantes da contratação.
1.2 O objeto desta licitação será executado em total observância às prescrições deste instrumento o qual disciplina as regras do certame.

2. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.

2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas e documentos, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos sobre a Concorrência Eletrônica, desde que arguidos por escrito e tempestivamente protocolados no Setor de Licitações em dias úteis, respeitada a disponibilidade para recepção em horário de expediente ou pelo e-mail licitacao.ubaporanga@yahoo.com
2.2 As respostas do Agente de Contratação quanto às dúvidas e questionamentos suscitados serão respondidas por escritos no prazo de até 02 (dois) dias e devidamente publicadas na imprensa oficial local bem como no site oficial do órgão para conhecimento dos interessados.
2.3 Quando o questionamento implicar alteração de condição básica da licitação, o Edital será revisto e o prazo de apresentação das propostas será reaberto.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES.

3.1 Poderão participar desta Concorrência Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados junto ao endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br que atendam a todas as exigências contidas neste Edital, com ramo de atividade compatível com o objeto, inclusive quanto ao disposto nos seus anexos;

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 É de responsabilidade da empresa licitante a obtenção das licenças e autorizações a que se refere o inciso I do § 5º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/21, quando for o caso.

3.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão participar desta Concorrência Eletrônica**:**

3.5.1 Licitantes suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.5.2 Licitante declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.5.3 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.5.4 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

3.5.5 Licitante cujo estatuto ou Contrato social não inclua o objeto desta Concorrência Eletrônica**;**

3.5.6 Licitante que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

3.5.7 Empresas que não detenham capital social ou patrimônio mínimo igual ou superior a 10% (dez pontos percentuais) do valor estimado para esta licitação até a data de sua realização.

3.5.8 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.5.9 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.5.10 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados

3.5.11 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.5.12 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si.

3.5.13 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.5.14 Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato Agente Público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/21.

3.7 O Impedimento de que trata o item 3.5.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A vedação de que trata o item 3.5.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9 É expressamente vedada a contração cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão licitante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme disposto no § único do inciso VI do art. 48 da Lei Federal nº 14.133/21.

4. DA JUSTIFICATIVA DE VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.

4.1 A Administração opta por vedar a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio no procedimento licitatório destinado à execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede urbana do Município de Ubaporanga/MG. A decisão decorre da análise das características concretas do empreendimento, da forma prevista para sua execução, da necessidade de centralização da responsabilidade técnica, operacional e contratual e dos reflexos que a formação de consórcio poderia produzir sobre a gestão e a fiscalização de contrato de elevada relevância para o Município.

4.2 O art. 15 da Lei nº 14.133/2021 estabelece como regra a possibilidade de participação de pessoa jurídica em consórcio, ressalvando expressamente a hipótese de "vedação devidamente justificada no processo licitatório". A mesma Lei, em seu art. 18, IX, exige que a fase preparatória contenha motivação circunstanciada das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio. Portanto, a legislação não confere direito absoluto à participação consorciada, mas atribui à Administração competência para avaliar, diante das particularidades de cada contratação, se essa forma de associação se mostra adequada ao atendimento do interesse público.

4.3 Trata-se de decisão inserida no espaço de discricionariedade administrativa, compreendida como juízo de conveniência e oportunidade exercido dentro dos limites estabelecidos pela lei e sujeito ao dever de motivação. O Tribunal de Contas da União consolidou entendimento nesse sentido. No Acórdão nº 2.214/2025 – Segunda Câmara, consignou expressamente que:

4.4 "A decisão pela vedação de participação de consórcios de empresas em licitação é discricionária, devendo ser devidamente motivada no processo administrativo."

4.5 O posicionamento é reiterado no Acórdão nº 2.633/2019 – Plenário, no qual o TCU reconheceu que a decisão de vedar a participação de consórcios se situa na esfera discricionária da Administração, condicionada à adequada motivação no processo administrativo. No Acórdão nº 4.506/2022 – Primeira Câmara, a Corte igualmente registrou que cabe ao administrador optar pela associação ou não de licitantes, desde que a escolha esteja amparada por justificativas técnicas e econômicas, reconhecendo como fundamentos possíveis a mitigação de riscos operacionais e a redução dos custos e dificuldades de gestão contratual.

4.6 Sob a vigência específica da Lei nº 14.133/2021, a jurisprudência mais recente preserva essa compreensão, porém reforça a necessidade de a motivação estar diretamente relacionada às características do objeto. No Acórdão nº 25/2026 – Plenário, o TCU assentou que a vedação sem justificativa técnica capaz de demonstrar sua relação com as características da contratação afronta o art. 15 da nova Lei. A Corte exige, portanto, não uma justificativa meramente formal, mas fundamentação concreta inserida na fase de planejamento.

4.7 Também é relevante o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. No Processo nº 1192092, julgado pela Primeira Câmara em 16/12/2025, o TCE-MG assentou que compete ao gestor avaliar, em cada contratação, a conveniência e a oportunidade de admitir consórcios, considerando as especificidades do objeto e os efeitos sobre a competitividade, devendo eventual vedação ser devidamente justificada. Em decisão ainda mais recente, no Processo nº 1098587, julgado em 24/03/2026, a Segunda Câmara reafirmou que, sob a Lei nº 14.133/2021, a participação

consorciada é admitida como regra e que sua vedação depende de justificativa expressa no processo licitatório.

4.8 No caso específico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ubaporanga, a opção administrativa pela contratação de uma única pessoa jurídica encontra fundamento na própria concepção do empreendimento. O objeto não corresponde à reunião aleatória de obras autônomas ou tecnicamente dissociadas. Trata-se de um único sistema de engenharia sanitária, composto por unidades sucessivas e interdependentes que somente produzem o resultado pretendido quando executadas, interligadas, testadas e colocadas em operação de maneira coordenada.

4.9 O Projeto Básico estabelece que o sistema será constituído por redes coletoras e condominiais, interceptores, estação elevatória de esgoto e uma única Estação de Tratamento de Esgoto, além das ligações prediais e estruturas auxiliares. Prevê, entre outros quantitativos, aproximadamente 17.572 metros de redes coletoras e 3.428 ligações domiciliares, evidenciando que os diversos componentes estão concebidos como partes de uma única infraestrutura de saneamento.

4.10 A execução das redes interfere diretamente na funcionalidade dos interceptores; estes, por sua vez, devem conduzir os efluentes às estruturas subsequentes; a estação elevatória e a linha de recalque dependem da correta implantação das unidades anteriores; e todo esse conjunto deve funcionar de forma compatível com a ETE e seus sistemas hidráulicos, estruturais, elétricos e eletromecânicos. Não há, portanto, independência funcional entre as principais parcelas capaz de recomendar a formação de distintos núcleos empresariais de execução.

4.11 Essa característica torna particularmente relevante a existência de comando técnico e empresarial centralizado. A contratação de uma única pessoa jurídica permite atribuir de forma inequívoca a responsabilidade pelo planejamento executivo, mobilização, mão de obra, materiais, equipamentos, compatibilização das diversas frentes, cumprimento do cronograma, qualidade dos serviços, correção das inconformidades, testes, comissionamento e entrega final do sistema.

4.12 As especificações técnicas do empreendimento corroboram essa necessidade ao estabelecerem planejamento prévio dos trabalhos e submissão à fiscalização de plano detalhado de execução, com programação das etapas e dos prazos de fornecimento dos materiais e equipamentos. A própria lógica do Projeto Básico pressupõe coordenação contínua entre as frentes de obra, não apenas execução isolada de parcelas.

4.13 A participação de consórcio, embora acompanhada de responsabilidade solidária perante a Administração nos termos do art. 15, V, da Lei nº 14.133/2021, introduziria uma estrutura adicional de relações internas entre empresas consorciadas, com possível repartição de atribuições, equipes, equipamentos e responsabilidades operacionais. Para o Município, isso significaria maior número de interfaces a serem acompanhadas durante a execução de um sistema cuja característica fundamental é justamente a necessidade de integração permanente.

4.14 A solidariedade jurídica entre consorciadas não elimina as dificuldades práticas que podem decorrer da divisão interna das atividades. Divergências entre integrantes quanto à programação de serviços, disponibilização de equipes, fornecimento de materiais, responsabilidade por interferências entre parcelas ou necessidade de correção de serviços podem repercutir diretamente no cronograma geral, mesmo que, perante a Administração, permaneça a responsabilidade solidária prevista em lei.

4.15 Esse aspecto assume maior relevância porque a obra deverá possuir acompanhamento técnico in loco, planejamento permanente das frentes, controles tecnológicos, medições sucessivas, testes de estanqueidade, cadastramento das redes, montagem e testes de equipamentos, comissionamento e pré-operação. As especificações técnicas preveem inclusive que determinados serviços somente avancem após testes e autorização da fiscalização e que os cadastros técnicos integrem a documentação necessária às medições.

4.16 Sob a ótica administrativa, a contratação individual proporciona ao Município interlocução única para todo o empreendimento. Ordens da fiscalização, notificações, determinações para correção, análise de atrasos, apuração das causas de inconformidades, exigência de garantias, aplicação de sanções e cobrança de responsabilidades passam a ser dirigidas a uma única contratada, sem

necessidade de análise acerca da organização interna de um consórcio ou da atribuição operacional assumida por cada integrante.

4.17 Há também benefício relevante no controle do cronograma físico-financeiro. O empreendimento possui etapas sucessivas e parcialmente concomitantes envolvendo rede coletora, interceptores, estação elevatória, linha de recalque, ETE, instalações elétricas, ligações prediais e pré-operação. A centralização da execução favorece a compatibilização dessas etapas sob um mesmo planejamento empresarial, reduzindo interfaces de coordenação que poderiam repercutir sobre medições, fornecimentos e avanço físico da obra.

4.18 A vedação também favorece a definição objetiva da responsabilidade pelas falhas de integração. Em um sistema dessa natureza, eventual problema observado na etapa de pré-operação pode decorrer de rede executada inadequadamente, falha de recalque, montagem eletromecânica, instalação elétrica, interligação ou execução da própria unidade de tratamento. A existência de uma única contratada diminui discussões internas sobre qual integrante teria dado causa ao problema e possibilita à Administração exigir diretamente a correção integral da desconformidade.

4.19 A medida igualmente reduz a complexidade da gestão de alterações societárias ou da composição empresarial durante a vigência do ajuste. A própria Lei nº 14.133/2021 prevê, em seu art. 15, § 5º, disciplina específica para substituição de empresa integrante do consórcio, sujeitando-a à autorização da Administração e à comprovação das qualificações da substituta. Ao afastar a estrutura consorcial, elimina-se esse elemento adicional de risco administrativo durante uma obra cuja execução deve manter continuidade técnica e financeira por período prolongado.

4.20 Importa registrar, ainda, que a complexidade do empreendimento não significa, por si só, necessidade de consorciamento. Neste caso, a complexidade decorre primordialmente da extensão, integração e coordenação das unidades de um sistema de saneamento, e não da reunião de objetos completamente heterogêneos que somente pudessem ser executados mediante associação obrigatória de empresas dotadas de especialidades empresariais distintas. O Projeto Básico e as especificações técnicas foram concebidos como empreendimento unitário de engenharia, abrangendo obras civis, tubulações, instalações, equipamentos e pré-operação dentro de uma única estrutura de execução.

4.21 A jurisprudência do TCU demonstra justamente que a análise não pode ser resolvida apenas pelo valor ou pela denominação de “obra complexa”. No Acórdão nº 25/2026 – Plenário, a Corte enfatizou a necessidade de relacionar a decisão às características efetivas do objeto; e o Acórdão nº 2.214/2025 – Segunda Câmara reconhece expressamente o espaço discricionário da Administração para decidir pela vedação, desde que motivada.

4.22 O TCE-MG apresenta orientação convergente. No Processo nº 1114697, a Segunda Câmara considerou razoável a vedação devidamente motivada quando as condições concretas da contratação não evidenciavam necessidade de atuação conjunta de empresas com especialidades distintas. A premissa que interessa ao presente procedimento é a necessidade de relacionar a decisão ao mercado e às reais exigências técnicas do objeto, e não simplesmente permitir ou proibir consórcios por fórmula padronizada.

4.23 Nesse contexto, a vedação apresenta vantagens concretas para o Município de Ubaporanga: concentração da responsabilidade contratual e técnica; interlocução administrativa única; maior clareza na apuração de responsabilidades; simplificação da fiscalização e das medições; maior integração das frentes de serviço; redução de interfaces empresariais; maior facilidade para acompanhamento do cronograma físico-financeiro; resposta mais direta às determinações da fiscalização; e maior segurança na cobrança de correções durante os testes, comissionamento, pré-operação e período de garantia.

4.24 Ressalta-se que a presente decisão não se fundamenta no propósito de reduzir a competitividade, criar reserva de mercado ou dificultar artificialmente o acesso de interessados. Ao contrário, pretende-se assegurar modelo de execução compatível com a natureza integrada do empreendimento, preservando responsabilidade empresarial única e maior eficiência no gerenciamento de obra de relevante interesse sanitário e ambiental.

4.25 Para que essa fundamentação permaneça juridicamente robusta até a publicação do edital, o levantamento de mercado a ser consolidado na fase preparatória deverá confirmar a existência de

número razoável de empresas com capacidade para participar individualmente do certame. Os documentos técnicos anexados demonstram a natureza e a integração do objeto, mas, isoladamente, não comprovam a quantidade de empresas disponíveis no mercado. Caso a pesquisa revele que as exigências necessárias de habilitação somente poderiam ser alcançadas por número demasiadamente restrito de empresas individuais, a decisão deverá ser reavaliada, pois a discricionariedade administrativa não autoriza restrição desproporcional à competição.

4.26 Diante das características técnicas do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ubaporanga/MG, da necessidade de execução coordenada das diversas unidades, da conveniência de centralização da responsabilidade técnica e contratual, da simplificação da gestão e fiscalização e da redução dos riscos relacionados às interfaces entre diferentes executores, considera-se tecnicamente adequada e administrativamente vantajosa a **VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**, nos termos do art. 15, caput, combinado com o art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021, desde que ratificada pelas evidências do levantamento de mercado e expressamente reproduzida no instrumento convocatório.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS.

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

5.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

5.2.2 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a Proposta apresentada está em conformidade com o Edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua execução em definitivo;

5.2.3 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.2.4 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

5.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

5.4 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ao 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

5.7 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.8 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

6. DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento e anexação no sistema eletrônico, acompanhada dos seguintes documentos:

6.1.1 Preços unitário e total, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais;

6.2 É obrigatória para participação nesta licitação a apresentação de garantia de participação na licitação, no montante de 1% conforme previsto no art. 58, da Lei Federal nº 14.133/21, e deverá ser efetuada em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da mesma lei,

6.3 A simples participação da licitante concorrente neste certame implica que:

6.3.1 Foram aceitas todas as condições estabelecidas nesta Concorrência Eletrônica;

6.3.2 Que apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.3.3 Compromete-se a executar o objeto desta licitação em total conformidade com as especificações deste Edital.

6.3.4 No preço estão computadas todas as despesas administrativas tais como: salários e encargos sociais, de acordo com a legislação trabalhista, seguros, fretes, taxas, impostos e demais encargos incidentes;

6.4 O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de julgamento do certame.

6.5 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias poderá ser solicitada prorrogação de validade a todos os licitantes classificados, caso persista o interesse do município.

6.5.1 A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento do licitante, sendo liberado do compromisso em caso de recusa.

6.6 Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da formulação de sua proposta comercial, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer condições esculpidas no Edital, seja no aspecto jurídico, técnico ou comercial.

6.7 O licitante poderá apresentar proposta referente ao(s) lote(s)/item(s) que for(em) de seu interesse, devendo esta(s) e os lances referirem-se à integralidade de seu objeto, não se admitindo propostas para execução parcial do objeto do lote, quando for o caso.

6.8 O município de Ubaporanga, MG efetuará as retenções relativas aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, nos termos da legislação vigente.

6.8.1 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses

6.9 Será desclassificada a proposta comercial que:

6.9.1 Não se refira à integralidade do objeto;

6.9.2 Não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;

6.9.3 Tenha sua planilha, cronograma ou demais documentos essenciais considerados em desacordo com as especificações deste Edital e da legislação aplicável, por meio de parecer técnico emitido pelo município de Ubaporanga.

6.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.14.1 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
6.17 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta
6.20 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados poderá ensejar a responsabilização pela Administração e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
6.20.1 Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição;
6.20.2 Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do Contrato.
6.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.22 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.23 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.24 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, onde o Agente de Contratação primeiramente verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do Edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo e classificadas as que estiverem em acordo.
7.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
7.2 SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE IDENTIFIQUE O LICITANTE.
7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no preambulo deste edital:

7.8.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9 A desistência da proponente em ofertar lances, quando convocada pelo Agente de Contratação, implicará em exclusão da disputa, restando sua última oferta registrada para fins de classificação definitiva.

7.10 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá *obedecer ao* intervalo mínimo de **R$ 500,00.**

7.10.1 Excepcionalmente, o Agente de Contratação poderá, conforme o caso, vislumbrada vantajosidade para a Administração alterar o intervalo mínimo de lances da disputa dispensando o intervalo em porcentagem e adotando o critério de menor preço.

7.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo previsto pelo sistema, na hipótese de lance inconsistente, inexequível ou puramente erro material.

7.12 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, nesta ordem:

7.12.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.12.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.12.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.12.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.13 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.13.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.13.2 Empresas brasileiras;

7.13.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.13.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

8. DA NEGOCIAÇÃO.

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
8.1.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
8.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
8.1.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
8.1.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 05 (cinco) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
8.1.5 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
8.2 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de negociação e julgamento da proposta.
8.3 Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
8.4 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, legislação correlata e cláusula segunda do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

9. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

9.1 O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e sua compatibilidade com as especificações técnicas do objeto.
9.2 O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
9.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
9.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:
9.4.1 Contiver vícios insanáveis;
9.4.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
9.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
9.4.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
9.5 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
9.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.5, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
9.5.2 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
9.5.3 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.5.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.7 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.9 *Poderá ser considerada inexequível para todos os efeitos legais as propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração para obras e serviços de engenharia, situação essa que o agente de contratação intimará a licitante para comprovar detalhadamente a exequidade de sua proposta (Acordão nº 2.198/2023 TCU Plenário).*

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Sob pena de inabilitação e desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante da proposta de preços, exceto no caso das filiais em que as certidões são emitidas com CNPJ da matriz.

10.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por extração via internet, por cópia ou por declaração de autenticidade emitida por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

10.2.1 Os atos serão preferencialmente digitais, de modo a permitir a comunicação, armazenamento e validação por meio eletrônico;

10.2.2 2º É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.3 O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitar-se no presente processo:

10.4 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.4.1 Ato constitutivo (Contrato Social, Requerimento de Empresário, Estatuto e outros) com sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente. Em se tratando de sociedades

empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.4.1.1 Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou substituídos pela consolidação respectiva;

10.4.1.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

10.4.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.5 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.5.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

10.5.2 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei

10.5.2.1 Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal do Brasil, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais, às Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212/91 e à Dívida Ativa da União, ou distinta, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;

10.5.2.2 Faz parte da regularidade para com a Fazenda Estadual a apresentação da Certidão de Quitação dos Tributos Tributários Estaduais ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos ao domicílio ou sede do licitante;

10.5.2.3 Faz parte da regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante a apresentação de Certidão Negativa de Quitação de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativas emitida pela Secretaria Municipal competente;

10.5.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei mediante apresentação de Certificado de Regularidade (CRF do FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

10.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

10.6 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

10.6.1 Atestado de visita técnica a ser emitido pela Prefeitura Municipal de Ubaporanga, certificando que o licitante esteve ao local de execução não podendo alegar quaisquer desconhecimentos de fato posteriores, conforme modelo do ***Anexo V***.

10.7 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.7.1 Certidão de regularidade da empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, contendo, inclusive, a indicação do(s) responsável(is) técnico(s) indicado nesta licitação;

10.7.2 Certidão de regularidade dos Profissionais Responsáveis no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

10.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

10.8.1 Apresentação de profissional nível superior acompanhado de **DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO**, detentor de atestado(s), (art. 67, I), devidamente registrado(s) no conselho de classe competente da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico ou equivalente, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para pessoa jurídica de direito público ou privado que não a própria

licitante obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, cujas parcelas de maior relevância são:

10.8.1.1 Escavação mecanizada de valas;
10.8.1.2 Escavação manual de valas;
10.8.1.3 Execução de rede coletora de esgoto DM 150 mm;
10.8.1.4 Execução de rede coletora de esgoto DM 200 mm;
10.8.1.5 Execução de um conjunto de ETE/interceptor;
10.8.1.6 Execução de um conjunto de interceptor e coletor de esgoto;
10.8.1.7 Execução de Poços de Visita;
10.8.1.8 Cadastros de redes coletoras de esgotos;
10.8.1.9 Escavação de valas em rocha a frio;
10.8.1.10 Execução de recomposição de pavimentação em concreto asfáltico;
10.8.1.11 Construção de sistema de esgotamento sanitário, vazão de tratamento 10 l/s;
10.8.2 A declaração contida no item **10.8.1** será dispensada, caso os profissionais constem no quadro funcional, permanente ou societário da licitante.

10.9 DA EQUIPE TÉCNICA.

10.9.1 A equipe técnica necessária para acompanhamento *in loco* da execução da **OBRA ACOMPANHADA DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO**, será ainda composta pelos seguintes profissionais:

10.9.1.1 Um engenheiro civil ou arquiteto/urbanista com registro e regularidade no conselho de classe competente;
10.9.1.2 Um engenheiro ambiental ou outro profissional detentor das mesmas atribuições legais com registro e regularidade no conselho de classe competente
10.9.1.3 Um técnico de segurança do trabalho com registro e regularidade no conselho de classe competente;
10.9.1.4 Um encarregado geral;
10.9.2 A declaração contida no item **10.9.1** será dispensada, caso os profissionais constem no quadro funcional, permanente ou societário da licitante.

10.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO – OPERACIONAL.

10.10.1 Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica operacional, reconhecidos pelo conselho de classe competente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para os quais já tenha a licitante executado serviços iguais ou similar(es) ao objeto desta licitação, ou seja, sejam compatíveis em características, quantidades e prazos (art. 67, II) e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto da licitação podendo ser apresentado atestados para itens isolados, que atestem o desempenho da proponente quanto à qualidade dos serviços e o cumprimento dos prazos de execução.

10.10.1.1 Escavação mecanizada de valas – quantidade 10.000 m³ (dez mil metros cúbicos);
10.10.1.2 Escavação manual de valas – quantidade 1.000 m³ (mil metros cúbicos);
10.10.1.3 Execução de rede coletora de esgoto DM 150 mm numa extensão de 8.000 (oito mil) metros lineares.
10.10.1.4 Execução de rede coletora de esgoto DM 200 mm numa extensão de 1.500 (um mil e quinhentos) metros lineares.
10.10.1.5
10.10.1.6 Execução de um conjunto de ETE/interceptor.
10.10.1.7 Execução de um conjunto de interceptor e coletor de esgoto.
10.10.1.8 Execução de Poços de Visita.
10.10.1.9 Cadastros de redes coletoras de esgotos.
10.10.1.10 Escavação de valas em rocha a frio com quantitativo mínimo de 380 m³ (trezentos e oitenta metros cúbicos).

10.10.1.11 Execução de recomposição de pavimentação em concreto asfáltico, mínimo de 150m³ (cento e cinquenta metros cúbicos).
10.10.1.12 Construção de sistema de esgotamento sanitário, vazão de tratamento 10 l/s.

10.11 RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
10.11.1 Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis, devidamente registrados no órgão competente ou transmitidas pelo SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) com o respectivo recibo de transmissão e apresentados na forma da Lei, que com provem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de três meses da data da apresentação da proposta, inclusive a sociedade empresária ou o empresário individual optante pelo regime tributário SIMPLES NACIONAL, nos termos dos artigos 1.179 a 1.195 da Lei 10.406 de 10 de março de 2002 – Código Civil Brasileiro.
10.11.2 A boa situação econômico-financeira da licitante, será consubstanciada nos índices de liquidez corrente (ILC) igual ou superior a um inteiro e trinta décimos (1,30); índice de liquidez geral (ILG) igual ou superior a um inteiro e trinta décimos (1,30) e índice de endividamento geral (IEG) igual ou inferior a quarenta décimos (0,40). A demonstração deverá ser assinada por profissional de contabilidade e pelo ou representante legal e deverá referir-se ao último exercício financeiro.
10.11.3 O **ILC**, o **ILG** e o **IGE** serão calculados pelas seguintes fórmulas:

$$ILC = \frac{AC}{PC} \qquad ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)} \qquad IEG = \frac{(PC + ELP)}{AT}$$

10.11.3.1 Nas fórmulas, ***AC*** é o Ativo Circulante; ***PC*** é o Passivo Circulante; ***RLP*** é o Realizável a Longo Prazo*;* ***ELP*** é o Exigível a Longo Prazo e ***AT*** é o Ativo Total.

10.12 DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.
10.12.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
10.12.2 Declaração conjunta, conforme ***Anexo III***;
10.13 *O(s) licitante(s) terá(ão) o prazo máximo de 120 minutos para vincular os documentos de habilitação ao certame sob pena de serem considerado inabilitados, podendo haver prorrogação à critério da autoridade condutora do certame, levando-se em consideração os princípios de razoabilidade e proporcionalidade*
10.14 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
10.15 O Agente de Contratação e a equipe de apoio poderão efetuar consultas ao site dos órgãos emissores para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos documentos extraídos pela internet, para fins de habilitação.
10.16 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.
10.17 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei, conforme disposto no inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21.
10.18 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
10.19 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.20 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

10.21 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

10.21.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.21.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.22 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.23 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado a classificação do certame.

10.24 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o sub-item anterior.

10.25 *Aceitada a proposta e cumprido os requisitos de habilitação, a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para anexar e encaminhar eletronicamente os seguintes documentos devidamente atualizados ao último lance aceito:*

10.25.1 *Proposta comercial;*

10.25.2 *Cronograma físico financeiro;*

10.25.3 *Planilha orçamentária;*

10.25.4 *Composição do BDI;*

10.26 O município se resguarda no direito de exigir da empresa vencedora a apresentação da composição unitária de custos visando sanar eventual dúvida ou de modo a complementar os documentos apresentados

11. DA VISTORIA.

11.1 A VISITA TÉCNICA É OBRIGATÓRIA;

11.1.1 A Prefeitura Municipal de Ubaporanga coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local dos serviços, o qual deverá ser previamente agendado no **Setor de Engenharia**, respeitada as condições contidas neste edital, até o último dia anterior à abertura das propostas;

11.1.2 A natureza, o porte, a extensão territorial e as particularidades técnicas e geográficas da obra justificam que o procedimento licitatório assegure aos interessados a possibilidade de avaliação prévia dos locais de execução, de modo que possam conhecer, com adequado grau de segurança, as condições que poderão repercutir no planejamento executivo, na mobilização, na logística, na produtividade das equipes e equipamentos e na formação de suas propostas.

11.1.3 A previsão encontra fundamento no art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual, quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, o edital poderá exigir que o licitante ateste conhecer o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando-lhe o direito de realizar vistoria prévia. O § 3º do mesmo artigo, por sua vez, estabelece garantia obrigatória ao licitante, determinando que o edital sempre permita a substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

11.1.4 No presente empreendimento, a pertinência da avaliação prévia decorre de circunstâncias concretas e diretamente relacionadas à futura execução contratual. Não se trata de obra concentrada em um único imóvel ou terreno, mas de sistema de infraestrutura sanitária distribuído por significativa extensão da área urbana, compreendendo amplo trecho de redes coletoras, ligações prediais, redes interceptoras, estação elevatória, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE e respectivas instalações e estruturas auxiliares.

11.1.5 Parte relevante das intervenções ocorrerá em vias públicas consolidadas, mediante abertura de valas, assentamento de tubulações, execução de poços de visita, reaterros, compactações e recomposição de pavimentos e passeios. A execução repercutirá diretamente sobre circulação de veículos e pedestres, acessos aos imóveis, mobilização de máquinas e caminhões, áreas disponíveis para armazenamento temporário de materiais e organização das frentes de trabalho. Tais circunstâncias possuem repercussão concreta sobre a metodologia executiva e sobre o dimensionamento dos recursos necessários.

11.1.6 O empreendimento apresenta ainda particularidades geográficas relevantes. Os interceptores projetados alcançam aproximadamente 4.105 metros e deverão acompanhar margens de cursos d'água, inclusive do Rio Caratinga, havendo trechos identificados no Projeto Básico em faixas de Área de Preservação Permanente – APP. Essas condições tornam especialmente útil o conhecimento das possibilidades reais de acesso, posicionamento de máquinas, transporte e movimentação de materiais, declividades, limitações espaciais e condições de aproximação das frentes de serviço, sem prejuízo da estrita observância das autorizações e exigências ambientais pertinentes.

11.1.7 A própria área destinada à implantação da ETE possui características que justificam conhecimento prévio. O Memorial Descritivo situa a área nas proximidades da Rodovia Santos Dumont – BR-116 e do Rio Caratinga, registra a necessidade de implantação de acesso e extensão de rede elétrica e indica área útil aproximada de 10.000 m², além de condições próprias de relevo e localização. A visualização dessas circunstâncias pode contribuir para que o interessado dimensione adequadamente sua estratégia de mobilização, instalação do canteiro, acesso de equipamentos pesados, recebimento de materiais e organização das atividades relacionadas à construção das estruturas da estação.

11.1.8 Também devem ser consideradas as condições logísticas e operacionais associadas à extensão do empreendimento. O licitante poderá avaliar distâncias entre frentes de serviço, condições das vias existentes, disponibilidade de espaços para operação dos equipamentos, necessidade de organização de estoques temporários, transporte interno de materiais, possibilidades de circulação dos veículos empregados na obra e demais aspectos visíveis que interfiram na programação executiva. Essa avaliação é particularmente relevante em contratação cujo cronograma contempla simultaneamente redes coletoras, interceptores, elevatória, linha de recalque, ETE, instalações elétricas, ligações prediais e pré-operação.

11.1.9 A finalidade da previsão de vistoria não consiste em transferir ao licitante a obrigação de suprir deficiências do Projeto Básico, descobrir informações que deveriam ter sido previamente levantadas pela Administração ou assumir riscos decorrentes de condições ocultas ou imprevisíveis. Os projetos, memoriais, levantamentos, quantitativos e especificações continuarão constituindo a referência técnica da contratação. A vistoria se destina ao conhecimento das condições locais ostensivas e das peculiaridades materialmente verificáveis que possam auxiliar a empresa na elaboração de seu planejamento e de sua proposta.

11.1.10 A medida pretende, ainda, reduzir riscos de propostas formuladas sem adequada consideração das condições reais de mobilização e execução e prevenir alegações posteriores de desconhecimento de circunstâncias locais que fossem objetivamente perceptíveis antes da licitação. Desse modo, busca-se conferir maior segurança tanto ao licitante quanto à Administração, especialmente quanto à programação das frentes, mobilização de recursos, produtividade e cumprimento do cronograma.

11.1.11 A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é compatível com essa sistemática. No Acórdão nº 138/2024 – Plenário, o TCU assentou que a vistoria somente deve ser exigida quando sua

imprescindibilidade estiver demonstrada no processo e que o edital deve permitir sua substituição por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto. O entendimento coincide com a disciplina atualmente positivada nos §§ 2º e 3º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.12 Também possui particular pertinência o Acórdão nº 2.826/2014 – Plenário, pois o caso analisado pelo TCU envolvia justamente licitação para conclusão de sistema de esgotamento sanitário municipal. Naquela oportunidade, a Corte reconheceu a possibilidade da vistoria, desde que demonstrada sua imprescindibilidade.

11.1.13 No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Processo nº 1.192.092, julgado em 16/12/2025, já sob a Lei nº 14.133/2021, firmou entendimento de que a visita técnica não constitui exigência obrigatória em toda licitação, mas pode ser prevista quando a avaliação prévia do local se mostrar imprescindível, devendo ser admitida sua substituição por declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

11.1.14 Mais recentemente, no Processo nº 1.172.763, julgado em 10/02/2026, o TCE-MG reconheceu como legítima a previsão editalícia de avaliação prévia dos locais e reiterou que, caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das exigências e condições do objeto, nos termos do art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.15 Diante dessas circunstâncias, considera-se tecnicamente justificada a previsão editalícia de conhecimento prévio das condições locais da obra, assegurando-se aos interessados a possibilidade de realização de vistoria técnica nos locais de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ubaporanga/MG.

11.1.16 A realização física da vistoria, entretanto, não deverá constituir condição insubstituível de habilitação. Em observância ao art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o licitante poderá optar por não comparecer aos locais e apresentar, em substituição, declaração formal assinada por seu responsável técnico, mediante a qual ateste possuir pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação e assuma a responsabilidade técnica pela avaliação realizada para elaboração de sua proposta.

11.1.17 Conclui-se, portanto, que as dimensões do empreendimento, sua dispersão pela malha urbana, a execução de extensas redes subterrâneas, as intervenções junto a cursos d'água, as peculiaridades de acesso à área da ETE, a necessidade de mobilização de equipamentos e materiais e a integração entre diferentes frentes justificam plenamente a disponibilização de vistoria técnica como instrumento destinado ao conhecimento efetivo das condições locais. A medida deverá ser implementada de forma proporcional e compatível com o art. 63, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, preservando-se, obrigatoriamente, a alternativa de declaração formal de pleno conhecimento pelo responsável técnico e evitando-se qualquer formalidade capaz de produzir restrição indevida à competitividade.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Não assinar o Contrato dentro de até 10 (dez) dias a contar da intimação do ato;

12.1.1.1 Decairá ao direito de gozo ao resultado da licitação o licitante que não proceder as exigências contidas no item 12.1.1, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e em lei.

12.1.1.2 O prazo previsto no item 12.1.1 poderá ser dilatado, desde que a licitante vencedora apresente as devidas justificativas aceitas pela Administração.

12.1.1.3 Caso não haja assinatura do instrumento competente a Administração convocara os licitantes remanescentes na ordem de classificação, aplicando para tanto as diretrizes contidas no §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

12.1.2 Apresentar documentação falsa;

12.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

12.1.4 Retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

12.1.5 Não mantiver sua proposta;

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
12.1.7 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
12.1.8 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
12.1.9 Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la falsificada ou deteriorada;
12.1.10 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
12.1.11 Fraudar a licitação;
12.1.12 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
12.1.13 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
12.1.14 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
12.1.15 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
12.2 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:
12.2.1 Advertência;
12.2.2 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado;
12.2.3 Impedimento de licitar e contratar e;
12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
12.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes
12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.3 e 12.1.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;
12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.2, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.11, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;
12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa
12.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.3 e 12.1.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
12.8 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
12.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias

úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.10 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

13. DOS RECURSOS

13.1 A licitante poderá de forma imediata e motivada manifestar sua intenção de recurso. O recurso será redigido em computador, contendo nome empresarial, número do CNPJ e endereço da licitante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

13.2 O tempo máximo para manifestação da intenção de recurso será de 10 minutos.

13.3 O Agente de Contratação não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

13.4 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.5 O Agente de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, exercendo, para tanto, seu poder direito de juízo de admissibilidade.

13.6 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.7 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/21, fica a vista dos autos franqueada ao licitante tão somente dos elementos indispensáveis à defesa de seu interesse.

13.8 As intenções de recurso não admitidas ou rejeitados pelo Agente de Contratação serão apreciados pela autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os recursos ou pedido de reconsideração contra a decisão do Agente de Contratação terá efeito suspensivo.

14. DA IMPUGNAÇÃO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a realização do certame, as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso

14.2.1 Resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pela licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e

comprovante do poder de representação legal (Contrato social, se sócio; Contrato social e procuração, se procurador; somente procuração, se pública).

14.4 O município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas e caso não tenha sido acusado o recebimento pelo Agente de Contratação, e que, por isso, sejam intempestivas. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.5 Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na sala da Comissão de Licitação, a Praça João Ribeiro nº 62, Centro, Ubaporanga, MG CEP 35.338-000.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 O objeto será adjudicado e homologado pela autoridade máxima do órgão às licitantes vencedoras dos lotes ou itens, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação será efetuada quando decisão da peça jurídica.

15.2 Depois de homologado o resultado desta Concorrência Eletrônica, a licitante vencedora será convocada para retirar a nota de empenho, assinar o instrumento de Contrato dentro do prazo de 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 O prazo para retirada da nota de empenho, assinatura do instrumento de Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16. DA EXECUÇÃO DAS OBRAS.

16.1 Os licitantes deverão ter atenção quanto ao prazo de execução para que não traga transtorno à sociedade quanto ao andamento dos serviços bem como à administração, uma vez que ocorrendo atraso na realização dos serviços acarretará prejuízos ao ente, sujeitando o proponente infrator as penalidades previstas neste Edital.

16.2 Os prazos para realização das obras serão de 14 (quatorze) meses

17. DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado sob evento do cronograma pela Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.

17.2 Será vedado o pagamento sem cumprimento do cronograma físico financeiro, de modo a alcançar as metas estabelecidas pelo órgão contratante. Portanto, o pagamento somente será realizado quando houver pleno cumprimento das etapas constantes no cronograma.

17.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

17.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.5 Para efeito de pagamento será observada os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à contratada.

18. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

18.1 Os recursos orçamentários para suportar as despesas eventualmente contraídas, serão suportadas pelas seguintes dotações: 020600.1751200131024.0000449051 – Ficha 685.

19. DO VALOR ESTIMADO.

19.1 O valor estimado para realização do empreendimento será de R$ 25.712.643,53 (vinte e cinco milhões setecentos e doze mil seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos)

20. DO FÓRUM

20.1 As questões decorrentes deste certame, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Caratinga – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

21. FISCALIZAÇÃO.

21.1 A licitante vencedora sujeitar-se-á à fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, quanto à segurança, salubridade, regularidade e eficiência dos serviços executados através de comparação com os projetos, verificação visual e medição pela planilha de quantitativos, ficando designada para exercer esta fiscalização o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG.

21.2 A ação ou omissão da fiscalização não eximirá a licitante vencedora de sua integral responsabilidade quanto à perfeição das obras executadas e cumprimento dos prazos de quaisquer das obrigações ora ajustadas ou legais.

22. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

22.1 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais, previdenciárias e salários dos empregados;

22.2 Recolher na tesouraria da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, antes do início das obras, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, observadas as disposições do Artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21. A caução será restituída na forma do art. 100 da nova lei de licitações, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos quanto às contribuições sociais e previdenciárias, ou outro documento que a substitua, vinculada a Matrícula do CEI/CNO, sob pena das aplicações das sanções cabíveis.

22.3 Assegurar, durante a execução da obra, a proteção e conservação dos serviços prestados;

22.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

22.5 Permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, a inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;

22.6 Informar à fiscalização ou supervisão do Município, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;

22.7 Executar o objeto contratual, rigorosamente de acordo com os detalhes, especificações e norma técnicas da ABNT, juntamente com a equipe de engenharia da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, acatando, ainda, as recomendações da fiscalização do Município.

22.8 Respeitar e fazer respeitar sob as penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução de serviços em locais públicos;

22.9 Substituir, por exigência da fiscalização, à sua exclusiva conveniência, qualquer indivíduo do quadro de pessoal num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

22.10 Manter preposto, aceito pela Prefeitura Municipal de Ubaporanga, no local dos serviços para representá-la na execução do contrato;

22.11 Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Ubaporanga;

22.12 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.13 Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho;

22.14 Fornecer aos operários os benefícios (lanches, vale transporte, uniformes, e equipamentos de segurança - EPI), que se adequem devidamente ao tipo de serviço prestado, bem como a substituição imediata em casos de danos provenientes das atividades. Pagar adicionais de insalubridade e/ou periculosidade e adicionais noturnos quando devidos.

22.15 Apresentar, no ato da assinatura do Contrato, as (ART) anotações da Responsabilidade Técnica da Obra conforme exigências do CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

22.16 Arcar com todas as despesas e encargos decorrentes do contrato, notadamente no que se refere-se a salários, encargos sociais, seguro contra acidentes do trabalho e demais obrigações previstas na legislação previdenciária e trabalhista, resultantes dos contratos de trabalho do pessoal empregado direta e indiretamente na execução do contrato, exibindo quitadas, sempre que solicitadas e por ocasião dos pagamentos, as guias de recolhimento do INSS e do FGTS, sob pena de retenção dos créditos a que tiver direito.

22.17 Prover os serviços de todos os materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução da obra.

22.18 Anotar no “Livro de Ocorrências” todos os fatos relacionados à execução dos trabalhos, tais como: serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas que possam atrasar o prazo da obra e outros eventos que possam interessar, de modo a ter sempre um completo registro do andamento dos trabalhos.

22.19 Manter equipe para acompanhamento topográfico da obra, adequada e compatível com as exigências técnicas pertinentes.

22.20 Submeter à aprovação da Prefeitura a execução de serviços não previstos na proposta e/ou no contrato.

22.21 Entregar os serviços, no Recebimento Provisório, totalmente limpo e desimpedido, em condição de uso imediato.

22.22 Fornecer e instalar as placas de obra, conforme padrão do Município de Ubaporanga, MG.

22.23 Elaborar álbum de fotografias das diversas etapas dos serviços.

22.24 Promover a vedação, sinalização e proteção dos serviços segundo as normas de segurança do trabalho, bem como a afixação de placas com seus indicadores.

22.25 Apresentar, quando solicitado, análise e ensaios tecnológicos de materiais que venham a empregar nos serviços.

22.26 A Licitante vencedora deverá indicar o responsável técnico habilitado junto ao CREA/CAU, que responderá pelos serviços executados. Caso haja substituição deste profissional, somente poderá ocorrer por outro de experiência equivalente ou superior do indicado na assinatura do contrato, sempre com anuência da administração.

22.27 Durante a execução dos serviços contratados, deverão ser mantidos no local de realização dos mesmos os seguintes documentos: cópias dos projetos, detalhes e especificações; cópias da planilha orçamentária contratada; cópia do cronograma físico-financeiro; cópia do contrato; livro de ocorrências ou diário de obra; ato de designação do responsável pela fiscalização; (ART) anotações da Responsabilidade Técnica da Obra conforme exigências do CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT); ordem de serviço; registro das alterações ocorridas durante a execução; especificações técnicas e memorial descritivo; relação dos profissionais que atuarão nos serviços; cópia dos boletins de medição com as memórias de cálculo.

22.28 Será de responsabilidade da licitante vencedora, todos os danos causados as rede de esgoto e água bem como a rede elétrica, isentando o Município de quaisquer ônus provenientes destes danos.

22.29 Providenciar às suas expensas as necessárias ligações provisórias de água, esgoto e energia elétrica

22.30 Adotar medidas que disciplinem o trabalho, de forma a não ocasionar transtornos aos contribuintes.

23. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAPORANGA, MG.

23.1 Efetuar o pagamento nos termos firmados neste edital;

23.2 Exigir da licitante, por escrito, a substituição de qualquer empregado, cuja postura nos serviços for considerada inconveniente;
23.3 Fornece todas as informações necessárias para o fiel cumprimento do objeto deste edital.
23.4 Orientar, fiscalizar e determinar à licitante vencedora os serviços que deverão ser executados.
23.5 Exercer ampla fiscalização do serviço, de modo a garantir segurança, regularidade e eficiência, através do Departamento de Engenharia ou terceiros, regularmente autorizados.
23.6 Encaminhar o expediente necessário ao pagamento.
23.7 Receber a obra, nos termos de legislação vigente.
23.8 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações.
23.9 Providenciar as devidas licenças ambientais e a(s) desapropriações de imóveis necessárias à execução da obra, quando for o caso.

24. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

24.1 Concluídos os serviços, o objeto do contrato será recebido por preposto da administração designado pela autoridade competente, após comunicação escrita da licitante vencedora.
24.2 O recebimento provisório não isenta a licitante vencedora da responsabilidade decorrente de defeitos na execução dos serviços, nem de sua obrigação, pela conservação e proteção dos mesmos, tudo sem ônus para a Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG.
24.3 A Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo com o abatimento de preço que couber, desde que lhe convenha.

25. PENALIDADES.

25.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da licitante vencedora, sujeitando-se, dentre outras, às seguintes sanções:
25.1.1 Advertência;
25.1.2 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração conforme, disposto no inciso III, art. 156 da Lei Federal nº14.133/21;
25.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
25.2 Aplicação da penalidade de inidoneidade, cuja competência é da autoridade máxima da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, facultada a defesa do contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista;
25.3 É competente para aplicar as sanções de advertência e multa a autoridade máxima da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG;
25.4 No caso de não atendimento ao objeto contratado, prevalecerá as seguintes multas:
25.4.1 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso na execução dos serviços;
25.4.2 Caso venha a conduzir-se culposamente no curso da execução dos serviços, infringindo por negligência, imprudência ou imperícia as cláusulas do edital, ser-lhe-á cominada multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, hipótese em que se obriga a licitante vencedora a repor a parte danificada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Ubaporanga;
25.4.3 Por se conduzir dolosamente na execução dos serviços a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
25.4.4 Caso venha desistir da execução dos serviços, além de outras cominações legais, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
25.5 As multas serão automaticamente descontáveis dos créditos que a empresa tenha junto à Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, devendo ser aplicadas por representação da assessoria

jurídica da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, facultada a defesa do contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista;

25.6 Será considerado motivo de força maior para isenção de multa:

25.6.1 Greve generalizada dos empregados da licitante vencedora;

25.6.2 Interrupção dos meios normais de transportes;

25.6.3 Acidente que implique em retardamento da execução dos serviços sem culpa por parte da licitante vencedora;

25.6.4 Calamidade pública;

25.6.5 Modificações nos projetos ou nas especificações da obra, consideradas relevantes por parte da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG;

25.6.6 interrupção das obras, por determinação da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, motivada por relevante conveniência administrativa.

26. DA EXTINÇÃO.

26.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua extinção, com as consequências nele previstas, sendo aplicadas nos seguintes casos:

26.1.1 Quando ocorrer descumprimento de cláusula do contrato, especificações, projetos e prazos e a Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG não optar pela cobrança de multa prevista neste edital;

26.1.2 Revelando a licitante vencedora incapacidade e inidoneidade durante a execução dos serviços;

26.1.3 Se cometida qualquer fraude pela empresa;

26.1.4 Se a empresa insistir em não cumprir quaisquer obrigações e/ou responsabilidades a ela afetas, nos termos do que dispõe este edital;

26.1.5 Se a empresa entrar em concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique o bom andamento dos serviços;

26.1.6 Quando, depois de reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na condução dos serviços.

26.1.7 O cumprimento irregular de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos.

26.1.8 A lentidão de seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão, no prazo previsto no contrato.

26.1.9 O atraso injustificado no início da obra.

26.1.10 A paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação à administração.

26.1.11 A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação do Contrato com outrem, bem como a sua cessão ou transferência a outrem, total ou parcial, sem a prévia autorização da administração.

26.1.12 O desatendimento reiterado das determinações da Fiscalização.

26.1.13 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pela Fiscalização.

26.1.14 A decretação de falência da empresa vencedora.

26.1.15 A dissolução da sociedade jurídica da empresa vencedora;

26.1.16 A alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa vencedora, que prejudique a execução do Contrato;

26.1.17 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;

26.1.18 A supressão de serviços, por parte da administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite estabelecido em Lei;

26.1.19 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo nos casos previstos em Lei;

26.1.20 A não liberação, por parte da administração, dos locais de execução das obras;

26.1.21 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do Contrato;

26.2 Ocorrendo a extinção por quaisquer dos motivos especificados, fica suspenso o pagamento à licitante, até que se apurem eventuais perdas e danos causados.

26.3 Ocorrendo a extinção, será observado e aplicado o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

27. DO REAJUSTE/REEQUILÍBRIO.

27.1 Os preços poderão ser reajustados ou reequilibrados nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, quando comprovadamente os custos e insumos se mostrarem superior ao realizado à época do contrato com fundamentação na variação do INCC-DI (FGV) ou por outro meio legal cabícel.

28. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.

28.1 A licitante vencedora responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, durante o prazo de 05 (cinco) anos contados da data de recebimento definitivo das obras. Será também de exclusiva da responsabilidade da licitante vencedora qualquer dano, porventura a pessoas, coisa ou propriedade de terceiros, decorrentes da execução das obras, objeto deste edital, nos termos da legislação civil em vigor.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 O presente processo somente poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou, anulado no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.2 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21, quando for o caso.

29.3 O Agente de Contratação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais e/ou material observadas na documentação e proposta de forma a ampliar a competitividade do certame e a selecionar a proposta mais vantajosa, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura do certame, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

29.4 Ocorrendo o descumprimento das obrigações assumidas pela vencedora do certame, o objeto poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação e de acordo com as propostas apresentadas.

29.5 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação da documentação relativa ao presente Edital.

29.6 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceitado sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, arguir falhas e irregularidades no processo;

29.7 O objeto deste certame, observados os requisitos legais, em especial aos ditames previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ser prorrogado no interesse exclusivo da Administração municipal.

29.8 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto sem o expresso consentimento da Administração, bem como a participação de estranhos ao processo licitatório.

29.9 Os casos omissos não tratados neste Edital serão resolvidos à luz das regras previstas na Lei Federal 14.133/21

Ubaporanga, MG,15 de setembro de 2026.

_____

Renato Carlos de Oliveira
Agente de Contratação

ANEXO I – NORMAS ESPECÍFICAS

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede urbana do Município de Ubaporanga/MG, com recursos da União (TERMO DE COMPROMISSO Nº 968258/2024 MCIDADES/CAIXA) contemplando, de forma integrada, a execução das redes coletoras e interceptoras de esgoto, ligações prediais, estação elevatória de esgoto, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, instalações hidráulicas, elétricas e eletromecânicas, interligações entre as unidades, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento, em conformidade com os projetos, memoriais e especificações técnicas integrantes da contratação.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

2.1 A contratação se justifica pela necessidade de ampliar e qualificara implantação de infraestrutura adequada de esgotamento sanitário na sede urbana do Município de Ubaporanga/MG, diante das limitações técnicas e operacionais verificadas no sistema atualmente existente. O diagnóstico que fundamenta o Projeto Básico registra que grande parte das redes coletoras existentes se encontra em condições precárias de conservação, não atende integralmente à população e apresenta interferência da rede pluvial na rede de esgoto, circunstância que provoca sobrecarga do sistema. O estudo também aponta que parcelas das redes existentes foram construídas fora dos padrões técnicos e com materiais inadequados, razão pela qual não poderão ser integralmente aproveitadas na solução projetada. A situação identificada evidencia que intervenções pontuais ou meramente corretivas não são suficientes para solucionar a demanda municipal. A deficiência não está restrita a determinado trecho ou componente isolado, mas alcança o conjunto das atividades necessárias à adequada coleta, condução e tratamento dos esgotos sanitários. Dessa forma, a necessidade administrativa consiste na implantação de um sistema estruturado e funcional, capaz de organizar o fluxo dos efluentes desde as ligações dos imóveis até o tratamento e posterior destinação do efluente tratado, superando as limitações da infraestrutura atualmente disponível. O Projeto Básico desenvolvido para o Município estabelece solução integrada constituída por redes coletoras e condominiais, redes interceptoras, estação elevatória de esgoto e estação de tratamento de esgotos, concebidas como partes complementares de um mesmo sistema. O planejamento prevê a implantaçãode rede coletora, além das ligações domiciliares necessárias à conexão dos imóveis ao sistema, demonstrando a abrangência física e a relevância da intervenção para a infraestrutura urbana municipal. A necessidade da contratação também se fundamenta na impossibilidade técnica de se alcançar a finalidade pretendida mediante a implantação isolada de apenas uma das unidades previstas. A existência de redes coletoras sem estruturas adequadas de interceptação, transporte e tratamento não solucionaria o problema identificado; da mesma forma, a construção da Estação de Tratamento de Esgoto sem a correspondente infraestrutura de coleta e condução dos efluentes impediria o pleno aproveitamento da unidade. A funcionalidade do empreendimento depende, portanto, da adequada integração entre as diversas estruturas projetadas. A implantação do sistema permitirá organizar e ampliar a coleta dos esgotos sanitários produzidos na sede urbana, conduzi-los por meio das redes coletoras e interceptoras até as unidades de transporte e tratamento e proporcionar condições técnicas para o tratamento adequado dos efluentes antes de sua disposição final. A contratação possui, assim, finalidade diretamente relacionada à melhoria das condições de saneamento básico, à proteção ambiental, à preservação dos recursos hídricos e à redução dos efeitos negativos associados à existência de infraestrutura inadequada para coleta e tratamento de esgotos. Sob a perspectiva da prestação dos serviços públicos municipais, a intervenção representa medida estruturante de caráter permanente, destinada a substituir ou complementar instalações inadequadas e constituir infraestrutura apta a

atender a demanda atual e o horizonte de planejamento considerado no projeto. O Memorial Descritivo registra, inclusive, que a concepção do sistema levou em consideração populações de início e de fim de plano e que as novas estruturas deverão permitir o encaminhamento adequado dos efluentes até a área destinada ao tratamento. A execução da obra proporcionará ainda condições para maior controle operacional do sistema, permitindo que a Administração acompanhe o funcionamento das unidades, realize manutenções programadas e mantenha procedimentos de operação e monitoramento. A documentação técnica elaborada contempla, além da implantação física, manual específico para operação e conservação do sistema, reforçando que o resultado pretendido não é simplesmente a conclusão material da obra, mas a entrega de infraestrutura efetivamente funcional e passível de operação continuada. A contratação reveste-se, portanto, de relevante interesse público, uma vez que busca solucionar deficiência concreta da infraestrutura municipal por meio da implantação de solução completa de esgotamento sanitário, com benefícios permanentes para a prestação dos serviços públicos, para as condições urbanísticas da sede municipal e para a proteção sanitária e ambiental. A finalidade consiste em disponibilizar ao Município sistema tecnicamente estruturado para coleta, transporte e tratamento dos esgotos, assegurando que os investimentos realizados resultem em infraestrutura integrada, operacional e compatível com as necessidades identificadas no planejamento técnico do empreendimento.

2.2 A contratação por meio de processo licitatório decorre da obediência aos princípios da impessoalidade, eficiência, moralidade, legalidade e interesse público.

2.3 Com esta contratação, a Administração atingirá os objetivos desejados, que consistem na oferta de um serviço de qualidade e eficiência junto aos munícipes, sem perder o horizonte da economicidade, selecionando propostas aptas para atingir o resultado desejado.

3 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

3.1 Os serviços deverão ser realizados no endereço constante e em conformidade com as peças de engenharia anexas, que fazem parte deste edital.

3.2 A medição dos serviços será de acordo com cronograma e as medições seguintes obedecerão ao mesmo critério. Só serão medidos os serviços realizados e com material já instalado depois de atestado pela Secretaria Municipal de Obras, comprovando inclusive a qualidade do material empregado.

3.3 Os serviços deverão ser executados obrigatoriamente de acordo com o cronograma e as especificações técnicas/anexos, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, caso ocorra qualquer fato superveniente durante a execução dos serviços, este deverá ser informado por escrito ao Gestor do Contrato/Fiscal designado.

4 DOS CRITÉRIO DE FATURA E PAGAMENTO.

4.1 As faturas serão emitidas em reais.

4.2 O pagamento será efetuado ado sob evento do cronograma pela Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.

4.3 Será vedado o pagamento sem cumprimento do cronograma físico financeiro, de modo a alcançar as metas estabelecidas pelo órgão contratante. Portanto, o pagamento somente será realizado quando houver pleno cumprimento das etapas constantes no cronograma.

4.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

4.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6 Para efeito de pagamento será observada os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à contratada.

4.7 Como condição de pagamento, a licitante deverá manter-se durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação apresentadas no certame.

5 DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 A realização do empreendimento ocorrerá na área urbana da cidade de Ubaporanga, mediante Ordem de Serviços emitida após assinatura do contrato, as quais constarão todas as informações necessárias para plena, eficiente, e satisfatória execução. O prazo de início da execução não deverá ser superior a 30 (trinta) dias a contar do recebimento. Todas as despesas com materiais, serviços, mão de obra, administração, mobilização, desmobilização, transportes e quaisquer outras diretas e indiretas necessárias a execução do objeto será por conta da CONTRATADA.

5.2 A execução do empreendimento deverá ocorrer de forma planejada, coordenada e progressiva, com observância integral dos projetos, memoriais, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação, devidamente compatibilizados pela Administração. A condução dos serviços deverá considerar a interdependência existente entre redes coletoras, interceptores, estação elevatória, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, instalações elétricas, hidráulicas e eletromecânicas, ligações prediais e demais estruturas complementares, de modo que as diferentes etapas resultem, ao final, em sistema único, integrado e plenamente funcional.

5.3 Antes do início dos serviços, a contratada deverá promover a mobilização necessária à implantação do empreendimento, incluindo instalação do canteiro de obras, disponibilização de equipes, equipamentos, ferramentas, instalações provisórias, meios de transporte, sinalização, estruturas de apoio e demais recursos indispensáveis à execução. As especificações técnicas do projeto contemplam expressamente mobilização e desmobilização, instalação e administração da obra, segurança, serviços topográficos e aprovação do plano de execução, evidenciando a necessidade de organização prévia das frentes de serviço.

5.4 Previamente à efetiva execução da obra, a contratada deverá providenciar a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução, devidamente registrada perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA competente, contemplando as atividades técnicas assumidas pelo profissional responsável e mantendo-a regular durante todo o período de execução. Eventuais alterações de responsabilidade técnica, inclusão de profissionais ou modificação relevante do escopo técnico deverão ser acompanhadas das providências profissionais cabíveis, de modo a preservar a correta identificação dos responsáveis pela execução do empreendimento.

5.5 A execução deverá contar com acompanhamento técnico presencial e contínuo no local da obra, mantendo-se equipe compatível com a dimensão, complexidade e simultaneidade das frentes de serviço. Para tanto, a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, engenheiro civil responsável pelo acompanhamento técnico da execução, encarregado geral de obras e técnico de segurança do trabalho, sem prejuízo de outros profissionais especializados que se mostrem necessários em razão das etapas executivas, das instalações eletromecânicas, dos equipamentos, dos serviços elétricos ou de outras particularidades do empreendimento.

5.6 O engenheiro civil deverá acompanhar tecnicamente a execução das obras, orientar as equipes, verificar a conformidade dos serviços com os projetos, especificações e normas aplicáveis, acompanhar medições, controles tecnológicos, testes e demais procedimentos técnicos, bem como manter interlocução com a fiscalização da Administração. O encarregado geral deverá permanecer diretamente vinculado às atividades de campo, coordenando as equipes operacionais, a distribuição dos serviços, a utilização dos equipamentos e o cumprimento das orientações técnicas. O técnico de segurança do trabalho deverá acompanhar as condições de segurança das frentes de serviço, promover as medidas preventivas pertinentes, orientar os trabalhadores e verificar a utilização dos equipamentos de proteção e o atendimento às exigências aplicáveis às atividades desenvolvidas.

5.7 A presença da equipe técnica deverá ser compatível com o efetivo andamento das obras e com as etapas em execução, não sendo suficiente a mera indicação nominal dos profissionais para fins documentais. A Administração deverá dispor de profissionais efetivamente acessíveis durante a

execução, capazes de prestar esclarecimentos, adotar providências imediatas e responder tecnicamente pelas atividades sob sua responsabilidade. As especificações do empreendimento já atribuem à fiscalização função permanente de acompanhamento do andamento das obras, visando assegurar sua execução em conformidade com o projeto e com o contrato.

5.8 A contratada deverá apresentar planejamento executivo compatível com o cronograma físico-financeiro, contendo a programação das frentes de trabalho, sequência das principais etapas, recursos humanos e equipamentos empregados e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução. As atividades deverão ser organizadas de modo a permitir o desenvolvimento simultâneo de determinadas frentes quando tecnicamente possível, sem comprometer a sequência construtiva, a qualidade, a segurança, a fiscalização ou a futura integração entre as unidades do sistema.

5.9 A implantação das redes coletoras e interceptoras deverá ocorrer mediante prévia locação dos serviços, abertura controlada das valas, escoramento quando necessário, drenagem, preparação e regularização do fundo, assentamento das tubulações e conexões, execução dos poços de visita e demais dispositivos previstos, realização dos testes técnicos, reaterro, compactação e posterior recomposição das áreas afetadas. As especificações determinam que a extensão das valas abertas seja controlada para possibilitar a imediata execução das redes, interceptores e poços de visita, seguida dos testes, reaterro e recomposição do pavimento.

5.10 As obras executadas em ruas, passeios, rodovias ou demais áreas de circulação deverão ser realizadas com medidas específicas para preservação da segurança da população e manutenção das condições mínimas de acessibilidade e trânsito. A contratada deverá implantar sinalização adequada, isolamento das áreas de risco, iluminação noturna quando necessária, travessias provisórias para pedestres e veículos e demais mecanismos de proteção requeridos pelas características de cada frente de serviço. As especificações técnicas atribuem à contratada responsabilidades relacionadas à sinalização e à prevenção de danos a pessoas, veículos, propriedades e serviços de utilização pública.

5.11 As frentes abertas deverão avançar em extensão compatível com a capacidade operacional da contratada, evitando a manutenção injustificada de valas abertas, pavimentos removidos ou áreas parcialmente executadas por períodos superiores ao necessário. Sempre que tecnicamente possível, cada trecho deverá observar sequência contínua de abertura, implantação da rede, realização dos testes, reaterro, compactação, recomposição da superfície, limpeza e posterior liberação para utilização.

5.12 Concluída a execução das tubulações em cada trecho, deverão ser realizados os respectivos reaterros e controles de compactação, seguindo-se a recomposição das condições preexistentes das vias, passeios e demais estruturas atingidas. Deverão ser restabelecidos pavimentos, meios-fios, dispositivos de drenagem, passeios e demais elementos eventualmente removidos ou danificados em razão da obra, assegurando-se resultado compatível com as condições técnicas exigidas. O projeto prevê expressamente a remoção de sobras e entulhos, limpeza do local e reconstrução do ambiente preexistente após as intervenções.

5.13 A estação elevatória, a linha de recalque, a Estação de Tratamento de Esgoto e as respectivas unidades complementares deverão ser executadas de acordo com os projetos e especificações consolidados, abrangendo fundações, estruturas, instalações hidráulicas, elétricas e eletromecânicas, equipamentos, tubulações, conexões, estruturas de apoio, urbanização, drenagem e demais serviços previstos. A execução deverá assegurar a compatibilidade física e operacional entre todas as unidades, evitando que componentes sejam instalados ou concluídos de forma incompatível com as etapas subsequentes.

5.14 Os equipamentos integrantes do sistema deverão ser fornecidos, instalados, montados e interligados segundo as especificações técnicas, recomendações dos fabricantes e condições de projeto. A montagem deverá contemplar ajustes, alinhamentos, conexões, proteção, alimentação elétrica, dispositivos de comando e demais elementos indispensáveis ao funcionamento seguro e adequado dos conjuntos instalados.

5.15 Qualquer incompatibilidade identificada durante a execução entre desenhos, memoriais, planilha orçamentária, especificações técnicas, quantitativos ou condições constatadas em campo deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização e aos responsáveis técnicos da Administração, para análise e definição da providência cabível. A contratada não poderá promover, por iniciativa própria, alteração de projeto, quantitativo, dimensão, material, equipamento, método construtivo ou solução técnica capaz de modificar as condições originalmente estabelecidas.

5.16 Os serviços deverão estar sujeitos a fiscalização permanente, controles tecnológicos, inspeções e ensaios necessários à comprovação da qualidade da execução. Nas redes e estruturas deverão ser realizados os testes pertinentes antes da liberação definitiva das etapas, incluindo, quando aplicável, verificações de alinhamento, estanqueidade, compactação, funcionamento hidráulico, instalações elétricas e desempenho dos equipamentos. As especificações estabelecem controles de compactação e vinculam a continuidade de determinadas etapas à realização dos testes e à autorização da fiscalização.

5.17 A contratada deverá elaborar e manter atualizado o cadastro técnico das estruturas efetivamente executadas, registrando as condições reais de implantação das redes, interceptores, emissários, equipamentos e demais instalações. O cadastro deverá indicar, conforme aplicável, comprimentos, diâmetros, profundidades, cotas, materiais empregados, peças especiais, pontos notáveis, interferências identificadas e demais informações necessárias à futura operação, manutenção e localização das estruturas. As especificações exigem cadastro detalhado das redes e interceptores, inclusive como elemento relacionado à liberação das medições.

5.18 As medições deverão corresponder exclusivamente aos serviços efetivamente executados, conferidos e aceitos pela fiscalização, observados os quantitativos, critérios de medição, preços contratados e etapas previstas no cronograma físico-financeiro. A liberação das medições poderá ser condicionada à apresentação dos registros técnicos, resultados de ensaios, cadastros, relatórios, documentos de controle e demais elementos exigidos para comprovação da adequada execução da etapa correspondente.

5.19 Concluídas as obras civis, montagens e interligações, a contratada deverá realizar os procedimentos de testes integrados, comissionamento e pré-operação necessários à demonstração de que as diversas unidades funcionam conjuntamente conforme concebido. Deverão ser verificados, entre outros aspectos aplicáveis, o funcionamento das redes, elevatórias, sistemas de recalque, instalações elétricas e eletromecânicas, unidades de tratamento e dispositivos de controle, promovendo-se os ajustes necessários antes da entrega definitiva. O cronograma físico-financeiro prevê etapa específica de pré-operação, evidenciando que a entrega do empreendimento pressupõe a verificação de sua funcionalidade.

5.20 Ao término dos serviços, a contratada deverá promover a desmobilização do canteiro, retirada das estruturas provisórias, remoção de resíduos e materiais remanescentes, limpeza das áreas utilizadas e recuperação de eventuais locais afetados pela instalação temporária da obra. Também deverá entregar toda a documentação técnica necessária à operação e manutenção futura do sistema, incluindo cadastros atualizados, registros dos testes e comissionamento, manuais de operação e manutenção, garantias, documentação dos equipamentos, ARTs pertinentes e demais registros exigidos pela fiscalização.

5.21 A obrigação contratual somente deverá ser considerada integralmente cumprida após a conclusão das estruturas previstas, correção das eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização, realização satisfatória dos testes e da pré-operação e entrega do Sistema de Esgotamento Sanitário em condições efetivas de funcionamento, acompanhado da documentação técnica necessária à sua posterior operação e manutenção pela Administração.

6 DO ESTIMATIVO UNITÁRIO E QUANTITATIVO DO CERTAME

6.1 O Estimativo unitário e quantitativo do certame está descrito no **ANEXO VII** deste Edital, podendo ser sigiloso caso a Administração considere adequado, exceto para os órgãos de controle externo, conforme orientação do Tribunal de Contas da União.

6.2

7 DA GARANTIA DO CONTRATO.

7.1 A Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, exigirá do licitante adjudicado a prestação da garantia de execução de Contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, quando analisará os critérios de razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e segurança jurídica, apresentando as devidas motivações.

7.2 Nos termos do § 5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/21, será exigida garantia adicional do licitante, cuja proposta vencedora esteja inferior à 85% do valor orçado pela administração;

8 DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

8.1 Executar os serviços objeto deste Edital dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

8.2 Recolher na tesouraria da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, antes do início das obras, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, observadas as disposições do Artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21. A caução será restituída na forma do art. 100 da nova lei de licitações, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos quanto às contribuições sociais e previdenciárias, ou outro documento que a substitua, vinculada a Matrícula do CEI/CNO, sob pena das aplicações das sanções cabíveis

8.3 Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços realizados.

8.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo no prazo de até 30 (trinta) dias aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Edital sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive extinção contratual.

8.5 Executar serviços que satisfaçam rigorosamente as especificações constantes deste Edital, as normas do CREA/CAU, e as normas nacionais e internacionais consagradas, na falta de regulamentação.

8.6 Cumprir os prazos previstos no Contrato que venham a ser fixados pelo município.

8.7 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto durante toda a sua vigência, no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, a pedido do município.

8.8 Manter-se, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao município, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

8.9 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria na execução e dos resultados obtidos, preservando o município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

8.10 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pela legislação aplicável, em especial:

8.10.1 Economia no consumo de água e energia;

8.10.2 Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

8.10.3 Redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;

8.10.4 Utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;

8.10.5 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

8.10.6 Fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias;

8.10.7 Utilização de produtos com baixo consumo energético e baixa emissão de ruído;

8.10.8 Observação das normas do INMETRO, quando for o caso e houver regulamentação da matéria.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 Notificar a licitante sobre qualquer irregularidade encontrada na realização dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

9.2 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

9.3 Emitir, por meio do setor de compras o correspondente pedido de compra.

9.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos funcionários da licitante, em relação aos serviços, objeto do processo.

9.5 Acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, por meio do fiscal de contrato legalmente constituído.

9.6 Efetuar os pagamentos devidos à licitante nas condições estabelecidas.

9.7 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não farácessar ou diminuir a responsabilidade da licitante pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

9.8 Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste edital, dos projetos e das planilhas.

9.9 Recusar qualquer serviço, quando for o caso que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da licitante.

9.10 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a realização dos serviços.

9.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

9.12 Efetuar o recebimento definitivo do objeto por meio do departamento de compras.

9.13 Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.

9.14 É vedada à Administração constituir exigências ou intervir na gestão interna do Contrato de modo a caracterizar interferência indevida, desarrazoada e incompatível com as regras de contratações públicas.

10 DAS DEMAIS CONDIÇÕES.

10.1 O Município reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Edital ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, assim como aplicar o disposto no artigo 75 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

10.2 Qualquer tolerância por parte do município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela licitante, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

10.3 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da licitante designadas para a execução do objeto contratado, sendo a licitante a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

10.4 A licitante por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao município seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

10.5 A licitante guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo município ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução deles, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

10.6 A Contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa elaboração do Contrato, obedecendo para tanto as normas contidas art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

Ubaporanga, MG,15 de setembro de 2026.

_____

Renato Carlos de Oliveira
Agente de Contratação

ANEXO II – DECLARAÇÃO CONJUNTA.

À Prefeitura Municipal de Ubaporanga.
A/C Agente de Contratação
Referência: Concorrência Eletrônica nº 005/2026

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ _____, com sede e Administração _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF _____, para fins do disposto do edital em referência, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) Cumpre a obrigatoriedade de reserva para cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.

b) A proposta foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro potencial participante nesta licitação;

c) Não discutiu ou obteve qualquer informação privilegiada perante servidores ou autoridades da entidade promotor desta licitação;

d) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro potencial participante quanto a participar ou não nesta licitação;

e) Sua proposta é exequível para cumprir com o contrato futuro, estando nela inclusa todas as despesas diretas e indiretas para sua plena execução, e ainda custos como: impostos de quaisquer naturezas, taxas, transportes, garantias, deslocamentos e outros;

f) Os preços oferecidos pela empresa no presente certame são compatíveis em comparação com preços já praticados pela empresa em objetos similares.

g) Confirma sua capacidade técnica profissional e operacional em cumprir com o referido Contrato, em caso de homologação da proposta, em acordo com o estabelecido nas disposições legais pertinentes.

h) Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

i) Tem conhecimento de todas as exigências relacionadas à execução do contrato objeto do referido processo, que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o município.

j) Que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

Local e Data, _____ _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do representante legal da Licitante

ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL – RELAÇÃO DOS ITENS

Empresa:	CNPJ:
Endereço:	Inscrição Estadual:
Cidade:	UF:
e-mail:	Telef:
Nome do Representante Legal	ID: CPF:
É objeto desta proposta a contratação de empresa especializada para execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede urbana do Município de Ubaporanga/MG, com recursos da União (TERMO DE COMPROMISSO Nº 968258/2024 MCIDADES/CAIXA) contemplando, de forma integrada, a execução das redes coletoras e interceptoras de esgoto, ligações prediais, estação elevatória de esgoto, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, instalações hidráulicas, elétricas e eletromecânicas, interligações entre as unidades, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento, em conformidade com os projetos, memoriais e especificações técnicas integrantes da contratação .	
Propõe-se a execução do objeto, declarando: a) Que se submete inteiramente às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, às exigências do edital e às especificações da Obra ou serviços que dele fazem parte integrante; b) que conhece as peculiaridades da obra, tendo tomado conhecimento das características e eventuais dificuldades para sua execução; c) que se compromete a colocar e manter em serviço, nos prazos determinados pela fiscalização; d) que cumprirá o cronograma oficial constante do edital; e) que se compromete a executar a obra, objeto da licitação, no prazo estabelecido no cronograma oficial;	
O valor Global pela Execução total da obra R$ _____ (_____) Valor gasto com mão de obra: R$ _____ (_____). Valor gasto com materiais: R$ _____ (_____)	
Validade da Proposta: _____ (_____) dias. **Prazo e forma de Execução**: 14 (quatorze) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Municipal de Ubaporanga. **Condições de Pagamento**: Através de Medições em estrita conformidade o Cronograma Físico-Financeiro bem como observação às normas contábeis e jurídicas aplicada ao objeto.	

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026.
PROCESSO Nº 078/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

1. DAS PARTES.

1.1 MUNICÍPIO DE UBAPORANGA, pessoa jurídica de direito interno público, devidamente inscrito no CNPJ 66.229.717/0001-18 com sede e administração à Praça João Ribeiro nº 62 – centro – Ubaporanga, MG – CEP 35.338-000, neste ato representado pelo senhor, Gleydson Delfino Ferreira, brasileiro, casado, agente político, portador do CPF 058.125.706-55 e ID M 10.220.737, residente e domiciliado à Avenida Padre Rino nº 761 – Centro – Ubaporanga, MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ _____, neste ato representada pelo(a) senhor (a) _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), portador(a) do CPF _____ ID _____, residente e domiciliado, _____ na _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, oriundo do Concorrência Eletrônica nº 005/2026, submetendo-se as partes às disposições da Lei Federal n.º 14.133/21, legislação complementar em vigor e ainda mediante cláusulas e condições abaixo estabelecidas, que mutuamente aceitam e outorgam para serem fielmente cumpridas na forma como se segue:

2. DO OBJETO.

2.1 O presente instrumento tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede urbana do Município de Ubaporanga/MG, com recursos da União (TERMO DE COMPROMISSO Nº 968258/2024 MCIDADES/CAIXA) contemplando, de forma integrada, a execução das redes coletoras e interceptoras de esgoto, ligações prediais, estação elevatória de esgoto, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, instalações hidráulicas, elétricas e eletromecânicas, interligações entre as unidades, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento, em conformidade com os projetos, memoriais e especificações técnicas integrantes da contratação.

3. DA VINCULAÇÃO.

3.1 Independente de transcrição é parte integrante e complementar deste contrato, todo o procedimento licitatório que lhe deu causa e a proposta comercial aceita pela autoridade julgadora.
3.2 A CONTRATADA se compromete a manter junto à Prefeitura de Ubaporanga, todas as condições de habilitação apresentadas, na forma do Inciso XVI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

4. DA VIGÊNCIA.

4.1 O presente Contrato terá sua vigência válida pelo período compreendido entre ____ de _____ de _____ e terminando em ____ de _____ de _____, perfazendo o período de cinco anos nos termos do art. 618 do Código Civil.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO.

5.1 O regime de execução do objeto deste contrato será o de **EXECUÇÃO POR PREÇO GLOBAL.**

6. DAS OBRAS.

6.1 A realização do empreendimento ocorrerá na área urbana da cidade de Ubaporanga, mediante Ordem de Serviços emitida após assinatura do contrato, as quais constarão todas as informações necessárias para plena, eficiente, e satisfatória execução. O prazo de início da execução não deverá ser superior a 30 (trinta) dias a contar do recebimento. Todas as despesas com materiais, serviços, mão de obra, administração, mobilização, desmobilização, transportes e quaisquer outras diretas e indiretas necessárias a execução do objeto será por conta da CONTRATADA.

6.2 Os serviços objeto deste contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do profissional Sr. _____, CREA/CAU nº _____.

6.3 O prazo para a completa execução da obra CONTRATADA é de 14 (quatorze) meses corridos a contar do Recebimento da Ordem de Serviços, findo o qual a obra deverá estar concluída.

6.4 Na contagem dos prazos, é excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

6.5 Os serviços serão iniciados dentro de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviços, no local onde tiver sido contemplado com o objeto.

6.5.1 O prazo de início da obra e serviços, aqui mencionados poderá ser prorrogado, desde que solicitado à autoridade competente num prazo mínimo de 10 (dez) dias.

6.6 Todas as despesas provenientes da execução, tais como transporte, carga, mão de obra, alimentação, equipamentos e quaisquer outros serão de caráter exclusivo da CONTRATADA.

6.7 A execução do empreendimento deverá ocorrer de forma planejada, coordenada e progressiva, com observância integral dos projetos, memoriais, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação, devidamente compatibilizados pela Administração. A condução dos serviços deverá considerar a interdependência existente entre redes coletoras, interceptores, estação elevatória, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, instalações elétricas, hidráulicas e eletromecânicas, ligações prediais e demais estruturas complementares, de modo que as diferentes etapas resultem, ao final, em sistema único, integrado e plenamente funcional.

6.8 Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá promover a mobilização necessária à implantação do empreendimento, incluindo instalação do canteiro de obras, disponibilização de equipes, equipamentos, ferramentas, instalações provisórias, meios de transporte, sinalização, estruturas de apoio e demais recursos indispensáveis à execução. As especificações técnicas do projeto contemplam expressamente mobilização e desmobilização, instalação e administração da obra, segurança, serviços topográficos e aprovação do plano de execução, evidenciando a necessidade de organização prévia das frentes de serviço.

6.9 Previamente à efetiva execução da obra, a CONTRATADA deverá providenciar a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução, devidamente registrada perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA competente, contemplando as atividades técnicas assumidas pelo profissional responsável e mantendo-a regular durante todo o período de execução. Eventuais alterações de responsabilidade técnica, inclusão de profissionais ou modificação relevante do escopo técnico deverão ser acompanhadas das providências profissionais cabíveis, de modo a preservar a correta identificação dos responsáveis pela execução do empreendimento.

6.10 A execução deverá contar com acompanhamento técnico presencial e contínuo no local da obra, mantendo-se equipe compatível com a dimensão, complexidade e simultaneidade das frentes de serviço. Para tanto, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, engenheiro civil responsável pelo acompanhamento técnico da execução, encarregado geral de obras e técnico de segurança do trabalho, sem prejuízo de outros profissionais especializados que se mostrem necessários em razão das etapas executivas, das instalações eletromecânicas, dos equipamentos, dos serviços elétricos ou de outras particularidades do empreendimento.

6.11 O engenheiro civil deverá acompanhar tecnicamente a execução das obras, orientar as equipes, verificar a conformidade dos serviços com os projetos, especificações e normas aplicáveis, acompanhar medições, controles tecnológicos, testes e demais procedimentos técnicos, bem como manter

interlocução com a fiscalização da Administração. O encarregado geral deverá permanecer diretamente vinculado às atividades de campo, coordenando as equipes operacionais, a distribuição dos serviços, a utilização dos equipamentos e o cumprimento das orientações técnicas. O técnico de segurança do trabalho deverá acompanhar as condições de segurança das frentes de serviço, promover as medidas preventivas pertinentes, orientar os trabalhadores e verificar a utilização dos equipamentos de proteção e o atendimento às exigências aplicáveis às atividades desenvolvidas.

6.12 A presença da equipe técnica deverá ser compatível com o efetivo andamento das obras e com as etapas em execução, não sendo suficiente a mera indicação nominal dos profissionais para fins documentais. A Administração deverá dispor de profissionais efetivamente acessíveis durante a execução, capazes de prestar esclarecimentos, adotar providências imediatas e responder tecnicamente pelas atividades sob sua responsabilidade. As especificações do empreendimento já atribuem à fiscalização função permanente de acompanhamento do andamento das obras, visando assegurar sua execução em conformidade com o projeto e com o contrato.

6.13 A CONTRATADA deverá apresentar planejamento executivo compatível com o cronograma físico-financeiro, contendo a programação das frentes de trabalho, sequência das principais etapas, recursos humanos e equipamentos empregados e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução. As atividades deverão ser organizadas de modo a permitir o desenvolvimento simultâneo de determinadas frentes quando tecnicamente possível, sem comprometer a sequência construtiva, a qualidade, a segurança, a fiscalização ou a futura integração entre as unidades do sistema.

6.14 A implantação das redes coletoras e interceptoras deverá ocorrer mediante prévia locação dos serviços, abertura controlada das valas, escoramento quando necessário, drenagem, preparação e regularização do fundo, assentamento das tubulações e conexões, execução dos poços de visita e demais dispositivos previstos, realização dos testes técnicos, reaterro, compactação e posterior recomposição das áreas afetadas. As especificações determinam que a extensão das valas abertas seja controlada para possibilitar a imediata execução das redes, interceptores e poços de visita, seguida dos testes, reaterro e recomposição do pavimento.

6.15 As obras executadas em ruas, passeios, rodovias ou demais áreas de circulação deverão ser realizadas com medidas específicas para preservação da segurança da população e manutenção das condições mínimas de acessibilidade e trânsito. A CONTRATADA deverá implantar sinalização adequada, isolamento das áreas de risco, iluminação noturna quando necessária, travessias provisórias para pedestres e veículos e demais mecanismos de proteção requeridos pelas características de cada frente de serviço. As especificações técnicas atribuem à CONTRATADA responsabilidades relacionadas à sinalização e à prevenção de danos a pessoas, veículos, propriedades e serviços de utilização pública.

6.16 As frentes abertas deverão avançar em extensão compatível com a capacidade operacional da CONTRATADA, evitando a manutenção injustificada de valas abertas, pavimentos removidos ou áreas parcialmente executadas por períodos superiores ao necessário. Sempre que tecnicamente possível, cada trecho deverá observar sequência contínua de abertura, implantação da rede, realização dos testes, reaterro, compactação, recomposição da superfície, limpeza e posterior liberação para utilização.

6.17 Concluída a execução das tubulações em cada trecho, deverão ser realizados os respectivos reaterros e controles de compactação, seguindo-se a recomposição das condições preexistentes das vias, passeios e demais estruturas atingidas. Deverão ser restabelecidos pavimentos, meios-fios, dispositivos de drenagem, passeios e demais elementos eventualmente removidos ou danificados em razão da obra, assegurando-se resultado compatível com as condições técnicas exigidas. O projeto prevê expressamente a remoção de sobras e entulhos, limpeza do local e reconstrução do ambiente preexistente após as intervenções.

6.18 A estação elevatória, a linha de recalque, a Estação de Tratamento de Esgoto e as respectivas unidades complementares deverão ser executadas de acordo com os projetos e especificações consolidados, abrangendo fundações, estruturas, instalações hidráulicas, elétricas e eletromecânicas,

equipamentos, tubulações, conexões, estruturas de apoio, urbanização, drenagem e demais serviços previstos. A execução deverá assegurar a compatibilidade física e operacional entre todas as unidades, evitando que componentes sejam instalados ou concluídos de forma incompatível com as etapas subsequentes.

6.19 Os equipamentos integrantes do sistema deverão ser fornecidos, instalados, montados e interligados segundo as especificações técnicas, recomendações dos fabricantes e condições de projeto. A montagem deverá contemplar ajustes, alinhamentos, conexões, proteção, alimentação elétrica, dispositivos de comando e demais elementos indispensáveis ao funcionamento seguro e adequado dos conjuntos instalados.

6.20 Qualquer incompatibilidade identificada durante a execução entre desenhos, memoriais, planilha orçamentária, especificações técnicas, quantitativos ou condições constatadas em campo deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização e aos responsáveis técnicos da Administração, para análise e definição da providência cabível. A CONTRATADA não poderá promover, por iniciativa própria, alteração de projeto, quantitativo, dimensão, material, equipamento, método construtivo ou solução técnica capaz de modificar as condições originalmente estabelecidas.

6.21 Os serviços deverão estar sujeitos a fiscalização permanente, controles tecnológicos, inspeções e ensaios necessários à comprovação da qualidade da execução. Nas redes e estruturas deverão ser realizados os testes pertinentes antes da liberação definitiva das etapas, incluindo, quando aplicável, verificações de alinhamento, estanqueidade, compactação, funcionamento hidráulico, instalações elétricas e desempenho dos equipamentos. As especificações estabelecem controles de compactação e vinculam a continuidade de determinadas etapas à realização dos testes e à autorização da fiscalização.

6.22 A CONTRATADA deverá elaborar e manter atualizado o cadastro técnico das estruturas efetivamente executadas, registrando as condições reais de implantação das redes, interceptores, emissários, equipamentos e demais instalações. O cadastro deverá indicar, conforme aplicável, comprimentos, diâmetros, profundidades, cotas, materiais empregados, peças especiais, pontos notáveis, interferências identificadas e demais informações necessárias à futura operação, manutenção e localização das estruturas. As especificações exigem cadastro detalhado das redes e interceptores, inclusive como elemento relacionado à liberação das medições.

6.23 As medições deverão corresponder exclusivamente aos serviços efetivamente executados, conferidos e aceitos pela fiscalização, observados os quantitativos, critérios de medição, preços contratados e etapas previstas no cronograma físico-financeiro. A liberação das medições poderá ser condicionada à apresentação dos registros técnicos, resultados de ensaios, cadastros, relatórios, documentos de controle e demais elementos exigidos para comprovação da adequada execução da etapa correspondente.

6.24 Concluídas as obras civis, montagens e interligações, a CONTRATADA deverá realizar os procedimentos de testes integrados, comissionamento e pré-operação necessários à demonstração de que as diversas unidades funcionam conjuntamente conforme concebido. Deverão ser verificados, entre outros aspectos aplicáveis, o funcionamento das redes, elevatórias, sistemas de recalque, instalações elétricas e eletromecânicas, unidades de tratamento e dispositivos de controle, promovendo-se os ajustes necessários antes da entrega definitiva. O cronograma físico-financeiro prevê etapa específica de pré-operação, evidenciando que a entrega do empreendimento pressupõe a verificação de sua funcionalidade.

6.25 Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá promover a desmobilização do canteiro, retirada das estruturas provisórias, remoção de resíduos e materiais remanescentes, limpeza das áreas utilizadas e recuperação de eventuais locais afetados pela instalação temporária da obra. Também deverá entregar toda a documentação técnica necessária à operação e manutenção futura do sistema, incluindo cadastros atualizados, registros dos testes e comissionamento, manuais de operação e manutenção, garantias, documentação dos equipamentos, ARTs pertinentes e demais registros exigidos pela fiscalização.

6.26 A obrigação contratual somente deverá ser considerada integralmente cumprida após a conclusão das estruturas previstas, correção das eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização, realização satisfatória dos testes e da pré-operação e entrega do Sistema de Esgotamento Sanitário em condições efetivas de funcionamento, acompanhado da documentação técnica necessária à sua posterior operação e manutenção pela Administração.

6.27 A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

6.28 A CONTRATADA obriga-se a manter o profissional indicado como Responsável Técnico na execução dos serviços até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CONTRATANTE.

6.29 O presente contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do município por escrito, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

7. DO RECEBIMENTO.

7.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, na conclusão, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo haver as correções devidas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e qualidade dos serviços realizados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

8. DO VALOR.

8.1 O presente Contrato terá o valor global de R$ _____.

8.2 Para efeito dos cálculos devidos inerentes à ISS e INSS será aplicada legislação específica ao tema com a finalidade de aplicar a correta retenção tributária em norma legal.

9. DO CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO.

9.1 O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento da obra ou serviço obedecerá à previsão de etapas prevista é o constante do Cronograma Físico-Financeiro, anexo da proposta que faz parte integrante e complementar deste contrato.
9.2 No decorrer da execução da obra será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, dias corridos, estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro, em percentagens acumuladas em relação ao valor global da obra ou serviços contratados.

10. DO PAGAMENTO.

10.1 As faturas serão emitidas em reais.
10.2 O pagamento será efetuado sob evento do cronograma pela Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.
10.3 Será vedado o pagamento sem cumprimento do cronograma físico financeiro, de modo a alcançar as metas estabelecidas pelo órgão contratante. Portanto, o pagamento somente será realizado quando houver pleno cumprimento das etapas constantes no cronograma.
10.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
10.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
10.6 Para efeito de pagamento será observada os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à contratada.
10.7 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal.
10.8 Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 9.2 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
10.9 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da empresa registrada sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto contratual.
10.10 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

11.1 Os recursos orçamentários para o pagamento desta despesa correrão por conta das seguintes dotações: 020600.1751200131024.0000449051 – Ficha 685

12. DAS ALTERAÇÕES.

12.1 Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela Administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21;
12.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para a realização das obras até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21;

13. DO REAJUSTE/REEQUILÍBRIO.

13.1 O Município e a CONTRATADA poderão restabelecer o reajuste ou reequilíbrio da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, precedido de cálculo e demonstração analítica devidamente

fundamentada do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

13.2 Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato com base na variação anual do INCC - DI contato a partir da composição do orçamento estimado para contratação.

13.3 Quando não for possível o reajuste/reequilíbrio do Contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

13.4 Recebido os pedidos de reajuste/reequilíbrio frente ao contrato, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para decidir sobre o pedido, apresentando para tanto os fatos motivadores para deferimento ou indeferimento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA– DOS DEVERES DA CONTRATADA.

14.1 A CONTRATADA obriga-se a tomar medidas preventivas para evitar danos a terceiros em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços ao encargo de concessionárias de serviços públicos. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

14.2 A CONTRATADA é a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao Poder Público ou a terceiros, decorrentes da execução da obra ou serviços, objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

14.3 A CONTRATADA é também a responsável por todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação comercial, previdenciária, trabalhista, fiscal e tributária, que direta ou indiretamente incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como por todas as decorrentes da execução de eventuais trabalhos noturnos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive iluminação, despesas com instalações e equipamentos necessários ã execução da obra ou dos serviços contratados, e, enfim, por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização da obra ou serviços até a sua entrega, perfeitamente concluída.

14.4 A CONTRATADA é responsável pela qualidade da obra e dos materiais empregados em conformidade com as especificações, do projeto básico ou executivo este quando for o caso, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo Poder Executivo. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do serviço e na substituição dos materiais recusados, sem ônus para o Poder Executivo e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.6 Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou RRT no início da execução do contrato;

14.7 Providenciar a instalação de placa, contendo a identificação da obra e/ou serviços, nome da CONTRATADA e seus responsáveis técnicos;

14.8 Responsabilizar-se pela participação efetiva do(s) profissional(ais) indicado(s) no edital, durante toda a execução das obras e/ou serviços do objeto deste contrato;

14.9 Submeter à apreciação da CONTRATANTE a substituição do(s) profissional(ais) indicado(s), e qualificando-o(s) nos termos do Edital.

14.10 A CONTRATADA, no que lhe couber, deverá manter arquivos de documentos e cumprir as normas estabelecidas pela Instrução Normativa №. 09/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, disponibilizando-os sempre que forem solicitados pela CONTRATANTE;

14.11 A CONTRATADA removerá as instalações provisórias da obra, no seu término, no prazo máximo de 15 dias úteis;

14.12 A CONTRATADA elaborará álbum de fotografias das diversas etapas dos serviços.

15. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO.

15.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua extinção, com as consequências nele previstas, sendo aplicadas nos seguintes casos:

15.1.1 Quando ocorrer descumprimento de cláusula do contrato, especificações, projetos e prazos e a Prefeitura Municipal de Ubaporanga não optar pela cobrança de multa prevista neste edital;

15.1.2 Revelando a CONTRATADA incapacidade e inidoneidade durante a execução dos serviços;

15.1.3 Se cometida qualquer fraude pela CONTRATADA;

15.1.4 Se a CONTRATADA insistir em não cumprir quaisquer obrigações e/ou responsabilidades a ela afetas, nos termos do que dispõe este edital;

15.1.5 Se a CONTRATADA entrar em concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique o bom andamento dos serviços;

15.1.6 Quando, depois de reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da CONTRATADA na condução dos serviços.

15.1.7 O cumprimento irregular de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos.

15.1.8 A lentidão de seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão, no prazo previsto no contrato.

15.1.9 O atraso injustificado no início da obra.

15.1.10 A paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação à administração.

15.1.11 A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação do contrato com outrem, bem como a sua cessão ou transferência a outrem, total ou parcial, sem a prévia autorização da administração.

15.1.12 O desatendimento reiterado das determinações da Fiscalização.

15.1.13 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pela Fiscalização.

15.1.14 A decretação de falência da CONTRATADA.

15.1.15 A dissolução da sociedade jurídica da CONTRATADA.

15.1.16 A alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

15.1.17 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento.

15.1.18 A supressão de serviços, por parte da administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite estabelecido em Lei;

15.1.19 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo nos casos previstos em Lei;

15.1.20 A não liberação, por parte da administração, dos locais de execução das obras;

15.1.21 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato;

15.2 Ocorrendo a extinção por quaisquer dos motivos especificados, fica suspenso o pagamento à CONTRATADA, até que se apurem eventuais perdas e danos causados.

15.3 O Contrato deverá ser fielmente executado pelas partes pactuadas nas hipóteses previstas pelos artigos 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133/21

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

16.1 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na realização dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

16.2 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

16.3 Emitir, por meio do setor de compras o correspondente Pedido de Compra.

16.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação ao objeto do processo.

16.5 Acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, por meio do fiscal do contrato regularmente nomeado pelo município de Ubaporanga;

16.6 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas.

16.7 Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

16.8 Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.

16.9 Recusar qualquer serviço, que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da CONTRATADA.

16.10 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a realização dos serviços.

16.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

16.12 Efetuar o recebimento definitivo do objeto por meio do departamento de compras.

16.13 Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.

17. DAS RESPONSABILDADE FISCAL

17.1 Sobre os preços ora contratados estão contabilizados todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, na forma prevista pelo art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo exclusivamente da CONTRATADA tais responsabilidades

18. DA RESERVA DE CARGOS.

18.1 A CONTRATADA assume perante a administração o compromisso de cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.2 A comprovação de reserva cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

19. DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO.

19.1 O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 30% (trinta) por cento do valor global deste instrumento, suspensão no direito de licitar e contratar com o município, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal 14.133/21, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela Administração;

19.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento assumidos:

19.2.1 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entregue do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação assumida ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor de cada Ordem de Serviço não atendida;

19.2.2 Até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado e juros de 1% (um por cento) ao mês, incididos sobre o valor da multa, no caso de atraso superior à 30 (trinta) dias na realização das obras, com a possível extinção do compromisso;

19.2.3 Até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da contratada desistir do pactuado ou der causa a sua extinção, bem como nos demais casos de descumprimento das obrigações, quando o município em face da gravidade analisará os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

19.3 O valor das multas aplicadas, após será descontado dos pagamentos devidos pelo município.

19.4 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

19.5 A CONTRATADA deixando de entregar documento exigido, apresentado documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, falhando ou fraudando na realização das obras,

comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 06 (seis) anos, sem prejuízo de multas previstas neste documento e demais cominações legais.

19.6 Em todas as situações que couberem as sanções administrativas, será observado o regramento previstos nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo assegurado ao sancionado o direito ao contraditório e ampla defesa nos termos dos art. 157e 158 da Lei Federal nº 14.133/21.

20. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

20.1 A extinção contratual poderá ser:

20.1.1 Por ato unilateral e escrito do município nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

20.1.2 Por acordo entre as partes, reduzido a termo conforme inciso II do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21.

20.1.3 Por determinação arbitral ou por decisão judicial na forma lega, diante do disposto no inciso III do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21;

20.2 Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, inclusive com vistas franqueadas ao interessado sobre assuntos de sua demanda.

21. DA PUBLICIDADE.

21.1 Será dada publicidade ao Contrato na melhor forma de direito sendo realizada no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) e no portal de transparência do órgão ora CONTRATANTE como condição indispensável para sua eficácia, para conhecimento da sociedade, em atendimento aos princípios constitucionais da eficiência, moralidade, transparência, segurança jurídica e outros.

22. DA FISCALIZAÇÃO.

22.1 A fiscalização do objeto compete ao Departamento de Engenharia que na qualidade de fiscal técnico será responsável por aferir as condições e compromissos relacionados neste Contrato em conjunto com o Edital e Termo de Referência.

22.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

22.3 As comunicações entre o município e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

22.4 A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

22.5 Após a assinatura do Contrato a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

22.6 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.7 O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

22.8 O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

22.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Administração emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

22.10 O fiscal técnico informará ao gestor da Administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

22.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao seu gestor para adoção das medidas cabíveis.

22.12 O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

22.13 O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso seja necessário.

22.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

22.15 O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

22.16 O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

22.17 O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

22.18 O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

22.19 O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

22.20 O gestor do Contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

23. DA GARANTIA CONTRATUAL.

23.1 A Prefeitura Municipal de Ubaporanga, MG, exigirá da CONTRATADA a prestação da garantia de execução de contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, quando analisará os critérios de razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e segurança jurídica, apresentando as devidas motivações.

23.2 Nos termos do § 5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/21, será exigida garantia adicional do licitante, quando o valor contratado estiver inferior à 85% do valor orçado pela administração;

24. DA PRORROGAÇÃO.

24.1 O presente instrumento poderá ser prorrogado pela Administração de modo a se atingir os objetivos da contratação, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 quando se justificar tal medida.

25. DO FORO.

25.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Caratinga, MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Ubaporanga, MG _____ de _____ de 2026.

_____
MUNICÍPIO DE UBAPORANGA
CONTRATANTE

_____
CONTRATADA

1ª Testemunha: _____, ID_____

2ª Testemunha: _____, ID _____

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA.

À Prefeitura Municipal de Ubaporanga.
A/C Agente de Contratação
Referência: Concorrência Eletrônica nº 005/2026

A empresa _____, CNPJ nº_____, sediada na _____, nº _____, Bairro _____, Cidade_____ UF_____, por seu representante _____, CPF ou Registro Profissional nº _____, em atendimento aos disposto no § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21, declara, que recebeu da Prefeitura Municipal de Ubaporanga todas as informações relativas ao edital e seus anexos e que visitou os locais onde se realizará a execução dos serviços objeto desta licitação, tendo tomado perante a Prefeitura Municipal de Ubaporanga conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução dos serviços, como mão de obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos.

_____, ____de _____de 2026.

_____
Assinatura do responsável Designado

Atestamos, para os fins legais, que a visita técnica informada acima foi devidamente realizada, sendo mostrado o local e passadas todas as informações necessárias à formulação da respectiva proposta, ao representante da empresa supra identificada, e declaramos estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

_____
Assinatura Servidor Responsável

MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede Urbana de Ubaporanga/MG

A presente matriz foi elaborada com base nos documentos técnicos do empreendimento, abrangendo redes coletoras, ligações prediais, interceptores, estação elevatória, linha de recalque, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, instalações elétricas e eletromecânicas, obras complementares, testes, comissionamento e pré-operação. A matriz tem por finalidade identificar os principais eventos capazes de afetar prazo, custo, segurança, qualidade, desempenho e funcionalidade do empreendimento, bem como definir medidas preventivas, planos de resposta e a alocação proposta das responsabilidades.

Critério de avaliação: os riscos são classificados segundo Probabilidade (P) e Impacto (I), ambos em escala de 1 a 5. O nível resulta do produto P x I: 1 a 4 = Baixo; 5 a 9 = Moderado; 10 a 16 = Alto; 17 a 25 = Crítico. A pontuação possui finalidade gerencial e deverá ser revista sempre que as condições da contratação se alterarem.

Legenda da escala de Probabilidade e Impacto

GRAU	PROBABILIDADE	CRITÉRIO DE PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITÉRIO DE IMPACTO
1	Rara	Ocorrência excepcional, com baixa chance nas condições conhecidas.	Insignificante	Sem efeito relevante em custo, prazo, qualidade, segurança ou desempenho.
2	Improvável	Pode ocorrer, mas não é esperada em condições normais.	Baixo	Efeito localizado, absorvível com ajuste operacional sem afetar marco relevante.
3	Possível	Há possibilidade razoável de ocorrência durante a contratação.	Moderado	Exige reprogramação pontual, correção material ou custo adicional limitado.
4	Provável	Há fatores concretos que tornam a ocorrência relevante ou recorrente.	Alto	Compromete etapa relevante, prazo, custo, segurança, ambiente ou funcionalidade.
5	Quase certa	Evento esperado, recorrente ou com forte evidência de ocorrência.	Crítico	Pode causar paralisação relevante, dano grave, inviabilidade parcial/total ou impacto financeiro/ambiental significativo.

Nº	EVENTO DE RISCO	P	I	NÍVEL	ALOCAÇÃO PROPOSTA	MEDIDAS PREVENTIVAS E MITIGATÓRIAS	PLANO DE RESPOSTA / CONTINGÊNCIA	EFEITOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

01	Indisponibilidade jurídica ou física da área destinada à ETE e à Estação Elevatória	3	5	Alto – 15	Administração	Concluir previamente aquisição, desapropriação, doação, permuta ou outro instrumento que assegure a posse e a disponibilidade da área; conferir matrícula, limites e condições de acesso antes da ordem de serviço da respectiva frente.	Não autorizar a mobilização da frente afetada até a regularização; reprogramar o cronograma sem imputar à contratada atraso decorrente exclusivamente da indisponibilidade da área.	Evento alocado à Administração: se ocorrer sem culpa da contratada e produzir impacto comprovado, poderá ensejar reprogramação do prazo e, quando cabível, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos limites legais.
02	Pendências de licenciamento ambiental, autorizações para intervenção, travessias ou demais anuências indispensáveis	3	5	Alto – 15	Administração, quanto à obtenção das autorizações; Contratada, quanto ao cumprimento das condicionantes sob sua responsabilidade	Conferir previamente licenças, autorizações e condicionantes; identificar intervenções em APP e junto aos cursos d'água; incorporar as obrigações ambientais ao planejamento executivo.	Suspender exclusivamente a frente impossibilitada, adotar providências junto aos órgãos competentes e reprogramar os serviços não afetados.	Evento alocado à Administração: se ocorrer sem culpa da contratada e produzir impacto comprovado, poderá ensejar reprogramação do prazo e, quando cabível, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos limites legais.
03	Erro, omissão ou incompatibilidade de projeto, memorial, planilha, quantitativo ou especificação não	4	5	Crítico – 20	Administração, quando originado dos documentos fornecidos; Contratada, quando decorrente de erro	Promover compatibilização final dos documentos antes da licitação e sanear todas as divergências já conhecidas. Durante a	Submeter a ocorrência à fiscalização e à equipe técnica/projetista, definir formalmente a	Se a causa estiver nos documentos fornecidos pela Administração e houver impacto comprovado, poderá

	identificado e saneado antes da licitação				de execução, detalhamento de sua responsabilidade ou descumprimento do projeto	obra, exigir conferência prévia, comunicação imediata das inconsistências supervenientes e vedar alteração unilateral da solução técnica.	solução antes da continuidade da etapa afetada e registrar seus impactos em prazo, custo e quantitativos.	haver ajuste de prazo e recomposição do equilíbrio nos limites legais. Se decorrente de erro de execução ou obrigação técnica da contratada, os custos de correção serão de sua responsabilidade, sem reequilíbrio.
04	Interferências subterrâneas existentes não cadastradas ou divergentes dos cadastros disponíveis, ou danos a redes existentes durante as escavações	4	4	Alto – 16	Administração quanto a interferência oculta/não cadastrada e não razoavelmente detectável; Contratada quanto a dano decorrente de negligência, falta de cautela ou descumprimento dos levantamentos disponíveis	Disponibilizar cadastros existentes; realizar locação, levantamento de campo e sondagens exploratórias quando necessárias; exigir cautela especial nas escavações próximas a redes conhecidas.	Paralisar pontualmente a frente, proteger a instalação, comunicar fiscalização e concessionária, confirmar a posição da interferência e definir solução de remanejamento, proteção ou reparo.	Custos por dano imputável à contratada não geram reequilíbrio. Interferência oculta não indicada nos elementos disponíveis e não detectável por diligência ordinária poderá ensejar ajuste de prazo/custo, desde que demonstrado nexo e impacto.
05	Condições geotécnicas, de solo ou presença de água distintas das consideradas no projeto	3	4	Alto – 12	Contratada quanto às condições ordinárias e previsíveis do local; Administração/risco extraordinário	Examinar levantamentos e documentos geotécnicos disponíveis, realizar vistoria e planejamento do método executivo, prever	Avaliação técnica imediata; adoção de drenagem, escoramento, reforço ou solução específica; registro	Condições previsíveis integram o risco ordinário da contratada. Condição material comprovadamente

					quanto a condição material efetivamente imprevisível ou informação técnica essencial incorreta fornecida no projeto	drenagem e escoramento compatíveis e comunicar qualquer condição anômala antes de prosseguir.	das evidências e dos impactos antes da execução de serviço extraordinário.	imprevisível ou erro de informação técnica da Administração poderá ensejar recomposição e/ou ajuste de prazo, mediante demonstração objetiva do impacto.
06	Chuvas, elevação de cursos d'água, alagamentos, erosões ou carreamento de materiais durante a execução	4	4	Alto – 16	Contratada quanto a eventos climáticos sazonais e ordinariamente previsíveis; Administração/risco extraordinário quanto a evento excepcional, anormal e comprovadamente imprevisível em intensidade ou efeitos	Planejar a execução conforme sazonalidade local; implantar drenagem provisória; proteger escavações, taludes e materiais; limitar extensão de valas abertas e acompanhar previsões meteorológicas.	Interditar áreas inseguras, executar drenagem e estabilização, recuperar trechos afetados e reprogramar as frentes. Eventos extraordinários deverão ser documentados tecnicamente.	Eventos sazonais normais não geram reequilíbrio. Evento climático extraordinário, comprovado e não imputável às partes, poderá fundamentar ajuste de prazo e análise de recomposição conforme impacto efetivamente demonstrado.
07	Desmoronamento ou instabilidade de valas e escavações	3	5	Alto – 15	Contratada	Emprego dos escoramentos previstos, inspeção contínua, drenagem, controle do comprimento das valas abertas, acompanhamento do engenheiro civil e do	Interdição imediata, estabilização da escavação, revisão do método executivo e liberação somente após manifestação técnica.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão

						técnico de segurança do trabalho.		suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
08	Acidentes de trabalho durante escavações, montagem, movimentação de cargas, trabalhos elétricos ou demais atividades	3	5	Alto – 15	Contratada	Presença do técnico de segurança do trabalho, cumprimento das normas de SST, treinamentos, EPCs, EPIs, isolamento das áreas e procedimentos específicos para atividades de risco.	Atendimento emergencial, paralisação da atividade insegura, investigação, correção da causa e comunicação aos órgãos competentes quando cabível.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
09	Acidentes com pedestres ou veículos e prejuízos à circulação urbana	4	3	Alto – 12	Contratada	Plano de sinalização, isolamento, iluminação noturna quando necessária, passadiços, manutenção de acessos e execução por trechos compatíveis com a capacidade operacional.	Reforço imediato da sinalização, reorganização do tráfego, recuperação das condições de acesso e reparação dos danos imputáveis à execução.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.

10	Danos a imóveis, pavimentos, passeios, drenagem ou outros bens de terceiros e do Município	3	4	Alto – 12	Contratada, quando decorrentes da execução	Vistorias cautelares quando previstas ou necessárias, técnicas adequadas de escavação, controle de vibração e preservação das estruturas adjacentes.	Recuperação do dano pela contratada e recomposição integral das condições atingidas, sem prejuízo das responsabilidades cabíveis.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
11	Destinação inadequada de solo excedente, entulho, lodo, embalagens, óleos ou outros resíduos	3	4	Alto – 12	Contratada	Segregação, reaproveitamento quando tecnicamente possível, transporte regular e destinação em local ambientalmente adequado; controle documental da destinação.	Remoção imediata de material irregularmente disposto, recuperação do local e adoção das medidas ambientais cabíveis.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
12	Indisponibilidade ou atraso na implantação do acesso/ponte e da infraestrutura externa de energia necessária à ETE	3	4	Alto – 12	Administração quanto à definição do escopo, disponibilidade do acesso, autorizações e	Antes da ordem de serviço da frente da ETE, definir formalmente quem executará o acesso/ponte e a extensão externa de	Priorizar as providências de liberação, reprogramar frentes independentes e impedir mobilização	Atraso em providência da Administração ou de terceiro sob sua esfera poderá ensejar ajuste de prazo e, se

					providências perante concessionária quando não incluídas no contrato; Contratada quanto às obras/instalações expressamente incluídas em seu escopo	energia, confirmar sua cobertura orçamentária, obter autorizações e compatibilizar essas providências com o cronograma.	improdutiva para a ETE enquanto persistir impedimento essencial.	houver custo comprovado não imputável à contratada, análise de recomposição. Atraso em obrigação expressamente contratada permanece a cargo da contratada.
13	Atraso no fornecimento de tubulações, conexões, bombas, painéis, equipamentos eletromecânicos ou materiais essenciais	3	4	Alto – 12	Contratada, quanto às condições ordinárias de mercado	Plano de suprimentos integrado ao cronograma; contratação antecipada de itens de fabricação prolongada; acompanhamento de pedidos e fornecedores alternativos compatíveis com as especificações.	Reprogramação interna das frentes sem comprometimento do prazo global, reforço do fornecimento e substituição de fornecedor, sem alteração indevida da especificação.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
14	Material ou equipamento entregue em desacordo com o projeto ou com as especificações técnicas	3	5	Alto – 15	Contratada	Inspeções, certificados, controles de recebimento, aprovação prévia quando prevista e conferência técnica antes da instalação.	Rejeição do material ou equipamento, substituição às expensas da contratada e repetição dos ensaios necessários.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e

								recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
15	Falha nos equipamentos durante os testes, comissionamento ou pré-operação	3	5	Alto – 15	Contratada, quando decorrente do fornecimento, instalação ou montagem	Testes de fábrica quando cabíveis; conferência de montagem; testes a seco, hidráulicos, elétricos e funcionais antes da operação integrada.	Reparar ou substituir componentes, repetir os ensaios e somente receber a unidade após comprovação satisfatória de funcionamento.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
16	Deficiência de compactação das valas ou recomposição inadequada de pavimentos	3	4	Alto – 12	Contratada	Controle tecnológico de compactação, inspeção por trechos e liberação de etapas somente após aprovação da fiscalização.	Remoção e reexecução da camada ou pavimento reprovado, novos ensaios e retenção da medição correspondente até regularização.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.

17	Vazamentos, infiltrações ou ausência de estanqueidade nas redes implantadas	3	4	Alto – 12	Contratada	Teste de estanqueidade em todos os trechos antes do reaterro final, conforme previsto nas especificações técnicas.	Rejeição do trecho, identificação da falha, correção ou substituição da tubulação e repetição integral do teste.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
18	Redução da produtividade e atraso no cronograma por insuficiência de mão de obra, equipamentos ou gerenciamento	4	4	Alto – 16	Contratada	Plano de execução, dimensionamento das equipes e equipamentos, acompanhamento periódico e manutenção in loco do engenheiro civil, encarregado geral e técnico de segurança do trabalho.	Apresentação de plano de recuperação, reforço das equipes, ampliação dos equipamentos e reprogramação das atividades, sem afastar sanções por atraso imputável.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
19	Ausência ou substituição indevida dos profissionais técnicos essenciais à execução	3	4	Alto – 12	Contratada	ART de execução vigente, manutenção efetiva da equipe indicada, controle da fiscalização e substituição somente	Notificação para regularização imediata, impedimento da execução da atividade técnica	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho,

						por profissional de qualificação compatível.	desassistida e demais providências contratuais.	substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
20	Falhas no cadastro “as built”, registros de campo, ensaios e documentação necessária às medições e à futura manutenção	3	3	Moderado – 9	Contratada	Atualização do cadastro durante a execução e não apenas ao final; registro de diâmetros, cotas, profundidades, materiais e interferências.	Reter a medição da etapa correspondente até apresentação e aprovação da documentação; complementar ou refazer levantamentos.	Evento alocado à contratada: integra seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
21	Atraso ou insuficiência na liberação dos recursos financeiros vinculados ao Termo de Compromisso nº 968258/2024 MCIDADES/CAIXA	3	5	Alto – 15	Administração quando a não liberação decorrer do fluxo do instrumento, da União/CAIXA ou de providência municipal; Contratada quando causada por atraso, inconsistência ou falta de	Acompanhar continuamente as condições do instrumento de transferência, aprovações da CAIXA e programação financeira; exigir da contratada entrega tempestiva e correta de medições, cadastros, ensaios e	Identificar a causa da retenção, sanear imediatamente a pendência, reprogramar fluxo financeiro e, quando juridicamente necessário, adequar o cronograma para evitar execução sem correspondente	Atraso financeiro não causado pela contratada será tratado segundo a legislação contratual, inclusive quanto a prazo e efeitos financeiros comprovados. Se a retenção decorrer de falha documental ou de execução da

					documento/medição de sua responsabilidade	demais documentos necessários à liberação.	capacidade de pagamento.	contratada, não haverá direito a recomposição pelo período a ela imputável.
22	Alteração de projeto ou quantitativo por determinação da Administração ou necessidade técnica superveniente	3	4	Alto – 12	Administração quando decorrente de sua decisão ou de deficiência do projeto; Contratada quando causada por erro de execução	Proibir alterações unilaterais pela executora; submeter qualquer modificação previamente à fiscalização e equipe técnica; formalizar a decisão antes da execução.	Avaliar tecnicamente o impacto, formalizar alteração quando legalmente cabível e ajustar cronograma, quantitativos e demais condições afetadas.	Os efeitos serão alocados conforme a causa comprovada. A parcela imputável à contratada não gera reequilíbrio; a parcela atribuível à Administração ou a evento extraordinário poderá ser objeto de ajuste, mediante comprovação do nexo e do impacto.
23	Falha de integração entre redes, elevatória, linha de recalque, ETE, instalações elétricas e equipamentos	3	5	Alto – 15	Compartilhado, conforme a causa	Compatibilização dos projetos, coordenação centralizada da execução, testes progressivos e verificação das interfaces antes do comissionamento.	Identificar a unidade causadora da inconformidade, corrigir a interface, repetir testes integrados e impedir o recebimento enquanto não demonstrada a funcionalidade do sistema.	Os efeitos serão alocados conforme a causa comprovada. A parcela imputável à contratada não gera reequilíbrio; a parcela atribuível à Administração ou a evento extraordinário poderá ser objeto de ajuste, mediante comprovação do nexo e do impacto.

24	ETE não atingir, nos testes e na pré-operação, os parâmetros de desempenho e funcionamento estabelecidos no projeto e nas exigências aplicáveis	2	5	Alto – 10	Contratada quando decorrente de fornecimento, instalação, montagem, ajuste, operação assistida ou execução inadequados; Administração quando decorrente de deficiência comprovada da concepção/projeto fornecido	Compatibilizar a concepção e os parâmetros antes da licitação; inspecionar equipamentos e montagens; executar testes a seco, com água e, após correções, com efluente; acompanhar vazões, unidades e parâmetros de desempenho.	Realizar diagnóstico técnico da causa, promover ajustes operacionais, reparos ou substituições e repetir ensaios. Se a insuficiência decorrer da concepção fornecida, submeter a solução à equipe projetista e formalizar eventual revisão.	Falhas de execução, montagem, fornecimento ou ajuste são corrigidas às expensas da contratada, sem reequilíbrio. Deficiência comprovada do projeto/concepção fornecido pela Administração poderá ensejar alteração contratual e recomposição, conforme impacto demonstrado.
25	Interrupção ou comprometimento de serviços públicos existentes durante a execução	3	4	Alto – 12	Compartilhado	Levantamento de interferências, comunicação prévia às concessionárias, execução cuidadosa e manutenção de planos de contingência.	Isolar o local, restabelecer o serviço no menor tempo possível, comunicar a fiscalização e reparar danos conforme responsabilidade identificada.	Os efeitos serão alocados conforme a causa comprovada. A parcela imputável à contratada não gera reequilíbrio; a parcela atribuível à Administração ou a evento extraordinário poderá ser objeto de ajuste, mediante comprovação do nexo e do impacto.
26	Furto, vandalismo ou dano a materiais,	2	4	Moderado – 8	Contratada	Controle de acesso ao canteiro,	Reposição ou reparação pela	Evento alocado à contratada: integra

	equipamentos e instalações antes do recebimento					armazenamento adequado, vigilância e proteção dos equipamentos até sua entrega e recebimento.	contratada quando o bem ainda estiver sob sua guarda e responsabilidade.	seu risco ordinário de execução. Custos de prevenção, correção, retrabalho, substituição e recuperação serão suportados pela contratada quando o evento lhe for imputável, sem direito a reequilíbrio.
27	Ingresso excessivo de águas pluviais ou contribuições parasitárias no sistema por ligações clandestinas ou conexões indevidas, especialmente durante testes e pré-operação	3	4	Alto – 12	Administração quanto ao passivo preexistente não integrante do escopo; Contratada quanto a ligações executadas incorretamente ou falhas decorrentes de sua execução	Identificar e cadastrar interferências e ligações existentes; conferir separação entre drenagem e esgoto; realizar testes e inspeções antes da interligação; orientar correção das conexões indevidas detectadas.	Localizar a origem das contribuições parasitárias, isolar trechos quando necessário, corrigir ligações executadas incorretamente e definir, pela fiscalização, tratamento para passivos preexistentes não contemplados no objeto.	Correções de ligações executadas pela contratada serão por sua conta. Passivos preexistentes não previstos e cuja solução exija serviço novo deverão ser avaliados pela Administração, podendo haver ajuste contratual se legalmente cabível.
28	Trechos da rede existente previstos para aproveitamento apresentarem, no momento da interligação, condições	3	4	Alto – 12	Administração quanto à condição preexistente não identificável nos elementos fornecidos; Contratada quanto	Inspecionar previamente os trechos destinados ao aproveitamento, realizar levantamento cadastral e, quando tecnicamente pertinente,	Submeter a condição à fiscalização e à engenharia; definir se o trecho pode ser recuperado, substituído ou isolado; formalizar a	Se a inadequação for preexistente e não prevista no projeto, eventual serviço adicional será tratado conforme a legislação contratual e impacto

	incompatíveis com aquelas consideradas no projeto				a dano ou deterioração causada por sua intervenção	testes/inspeções antes da interligação definitiva.	solução antes da interligação ao novo sistema.	comprovado. Danos causados pela contratada serão corrigidos às suas expensas, sem reequilíbrio.

ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, QUANDO FOR O CASO.
PROCESSO Nº 078/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026